

# EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • N.º 89 • 8 a 14 de novembro de 1979 • Cr\$ 20,00

Para acabar com a greve dos metalúrgicos de São Paulo:

**MORTE,  
TIROS,  
BOMBAS,  
PRISÕES**



O enterro do operário Santo



Um metalúrgico ferido



Presos chegam ao Deops



PMs atacam, com revolver, os piquetes.

**E ESPANCAMENTOS**

(Págs. 7, 8 e 9)

Entrevista exclusiva com Zuleika Alembert

**Uma feminista  
no CC do Partidão?**

(Pág. 11)

**Marighela:**

**10 anos depois**

(Pág. 12)

Centenário do nascimento de Trotsky

**O Internacionalismo e a democracia socialista**

(Págs. 13, 14 e 15)

## arranquemos dos cárceres os companheiros presos

A medida em que foram se esfacelando as alternativas para a sustentação da ditadura militar e, por outro lado, expandindo-se o movimento de oposição, mais criou fôlego a luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Os governantes, então, começaram a recorrer a diferentes manobras, na tentativa de apagar o clamor que brotava em cada canto do país. A 1º de janeiro, impuseram uma nova Lei de Segurança Nacional, prevendo penas menos absurdas para os opositores ao regime e possibilitando a reformulação das penas de pessoas já condenadas pela Lei anterior. Desse modo apesar da continuidade do velho caráter draconiano, a nova LSN permitiu a redução de penas de alguns opositores que há anos permaneciam encarcerados, colocando-os em liberdade.

Todavia, os Juizes Militares, negando-se a aplicar corretamente as disposições da nova lei, procuraram realizar outros arbitrários julgamentos, dessa vez agindo de acordo com seus critérios subjetivos. Por conseguinte, muitos prisioneiros políticos continuaram no cárcere, mesmo tendo preenchido todas as exigências jurídicas para que recebessem o "benefício" previsto na nova LSN.

Em fins de agosto o governo fez o Congresso aprovar um projeto de anistia nada ampla e extremamente restrita. Com isso, a ditadura conseguiu efeitos práticos imediatos. Tendo a "anistia" soltado meia dúzia de companheiros e aberto as portas do país para o retorno de alguns banidos e exilados mais conhecidos, a ditadu-

ra virtualmente esvazia a luta que há muito vinha se arrastando na vida política brasileiro. Objetivamente, as atenções maiores passaram a se dirigir para os que estão voltando do exterior. Assim, comitês de recepção são formados e os próprios Comitês de Anistia envidam esforços para que esses companheiros sejam acolhidos com as honrarias que lhes transmitam tranquilidade e segurança no reencontro com sua terra.

Todos sabemos ser de relevante importância a realização de tais gestões. Mas é necessário lembrar que muitos dos companheiros que hoje voltam (os banidos constituem exceção óbvia), daqui partiram quando outros companheiros se negaram a fazer o mesmo, convencidos de que, não obstante toda violência e terror da ditadura, era preciso aqui permanecer e resistir de alguma forma, ainda que o preço dessa resistência fosse o sangue e a própria morte.

Dos que aqui ficaram e não permitiram que no Brasil se instaurassem trevas totais, vultoso é o número de torturados, de mutilados e assassinados. Nos cárceres, os sobreviventes, enfrentando ameaças e arbitrariedades diversas, continuaram resistindo. E, em inúmeras oportunidades eles vêm denunciando as violências sofridas e testemunhadas nos porões do sangüinário regime militar.

Vive-se hoje a euforia da volta dos exilados. Muito já se fala em democracia. E, enquanto isso, aproximadamente 25 companheiros permanecem presos há, 8, 9 e 10 anos, ainda submetidos aos desmandos dos seus carcereiros.

Quando os Comitês Brasileiros de Anistia distribuem um manifesto convocando "todos os setores e personalidades democráticas, especialmente as camadas populares", para o II Congresso Nacional de Anistia, a ser realizado em Salvador nos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro, eu não ficaria tranqüilo se, a respeito, nem ao menos manifestasse a minha modesta opinião.

Que nesse Congresso sejam discutidos todos os itens da pauta aprovada pela Executiva Nacional e, mais que isso, que se encontrem alternativas práticas para cumprimento das resoluções. Mas a "campanha nacional pela liberdade dos presos políticos" requer prioridade absoluta.

Os congressistas devem discutir exaustivamente a questão, definindo claramente a atuação em cada estado. Todos devem se preocupar com a organização da campanha, não permitindo jamais que ela se termine com o encerramento do Congresso. Que saiam de lá com a convicção de que as providências devem ser tomadas em todos os níveis, pois, além do mais, a consciência política de cada opositor não pode permitir qualquer tipo de conivência com as manobras da ditadura. Que saiam do Congresso para as ruas e portas dos presídios políticos.

Unamo-nos todos, e arranquemos dos cárceres os nossos 25 companheiros que lá estão há 8, 9 e 10 anos.

(Pinheiro Sales, ex-presos político, recém libertos)

## ex-dirigente do pc do sai da clandestinidade

Beneficiado por quatro anistias - em 1934, 1937, 1945 e a deste ano - em seus 55 anos de militância comunista, José Duarte, 72 anos, ex-dirigente do Partido Comunista do Brasil, saiu esta semana de dois anos de clandestinidade.

Ex-líder ferroviário da região de Bauru, José Duarte foi preso 34 vezes tendo passado 15 anos na cadeia. E, desde que entrou para o PC, em 1924, esteve 23 anos na clandestinidade, sendo que os dois mais longos períodos foram de 1947 a 1959 e de 1965 a 1972.

Sua primeira prisão ocorreu em 1929, quando foi acusado de organizar os operários e camponeses da região de Bauru e Jaú. Durante o período de Estado Novo, foi o prisioneiro político com a maior condenação - 68 anos.

José Duarte foi preso pela última vez em outubro de 1972, no interior baiano, de onde foi trazido para a Operação Bandeirantes, em São Paulo.

Neste órgão de repressão, foi violentamente torturado. Teve suas unhas dos pés arrancadas por alicate, e passou pelo Globo da Morte - colocado em um tambor, que girava durante horas, perdendo completamente a noção de equilíbrio.

José Duarte ficou preso durante quatro anos e meio e durante todo esse tempo foi mantido em uma cela

isolada. Em março de 1977 foi libertado para aguardar julgamento, e entrou na clandestinidade. Um mês depois era condenado a quatro anos em um processo e a três e meio em outro.

Ele volta à vida legal defendendo as posições do PC do B. Ele propõe uma frente ampla das oposições de esquerda e centro-esquerda, pois só assim "a vida deste sistema será mais efêmera".

Ao mesmo tempo, José Duarte não poupa críticas ao Partido Comunista Brasileiro, liderado por Luis Carlos Prestes. "Este é um partido de centro-esquerda, com algumas guinadas para a direita", e que, segundo ele, tem possibilidades de ser legalizado porque suas divergências com o governo "são muito tênues". (LM)



## o veto à unificação do salário mínimo

Na Argentina, Chile, Uruguai, os ditadores ainda não tiraram suas fardas. Aqui no Brasil, não obstante o termo burguês, a ditadura continua ditadura, e militar. Pois bem, "o mais alto mandatário" dessa ditadura acaba de vetar a parte da nova lei de reajustes salariais que previa a unificação do salário mínimo para 1981.

Pergunta-se por que? Certamente não é pela razão alegada pelo presidente: "reflexos nocivos dos próprios trabalhadores nas regiões em que ainda não se verificam as condições indispensáveis para suportar o ônus da unificação".

A justificativa refere-se ao Nordeste, Norte e Centro-Oeste, principalmente, pois nessas regiões predominam os menores salários mínimos do país. A diferença entre o salário mínimo do Nordeste (exceto Bahia e Pernambuco cujo salário mínimo é de Cr\$ 2.364,00 - igual aliás às regiões Norte e Centro-Oeste) e o maior salário mínimo do país (Rio, Minas, São Paulo e Brasília, igual a Cr\$ 2.932,80) é de Cr\$ 760,80, isto é 35% do salário mínimo do próprio Nordeste. Portanto, para igualar o maior salário míni-

mo do país o Nordeste teria que ter um aumento em separado de 35%. Teria para isso dois anos, segundo o que foi vetado.

Em quantos anos então pretende o governo dar cabo dessa unificação? Já se vê que não é tarefa desse governo nada que seja do interesse dos trabalhadores. Terão que se erguer os 12 milhões de trabalhadores nordestinos. Terão que se insurgir com a rispidez dos desesperados os 6,5 milhões de trabalhadores nordestinos que recebem até um salário mínimo, 53% de toda a força de trabalho do Nordeste. Terão que dizer a uma só voz todos os trabalhadores brasileiros: ao inferno a protelação da vida!

A luta pela unificação do salário mínimo não se separa da luta pela sua elevação a níveis condizentes com as necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores. Afinal, os trabalhadores não querem apenas equalizar "por cima" a miséria. É pois contra o interesse do conjunto dos trabalhadores brasileiros que o governo teima em manter essa nefasta divisão regional.

(Francisco Paulo Cipolla)

## o trabalho de sempre

O jornal O Trabalho, na sua última edição publicou matéria intitulada "Traição em Osasco" que poderia ser qualificada, no mínimo, de superficial e baseada em informações falsas. Segundo o semanário, Osasco demonstrou o verdadeiro caráter do PT: "sustentar, reerguer uma estrutura sindical que os trabalhadores vem combatendo; (...) retardar, como for possível a criação e sindicatos livres...". E mais, que todas as forças que poiam o PT, citando nominalmente a Convergência Socialista, Zé Pedro e a maioria da ex-posição sindical, sustentavam Henos Amorina" na sua traição".

Na verdade, o que podemos notar é que pouco se importam os redatores

do jornal em fazer uma análise sólida e profunda do que aconteceu em Osasco. Longe de procurar detectar o problema central - a ausência de um direção alternativa e a debilidade das oposições sindicais - o artigo reduz-se ao aproveitar uma oportunidade para tentar queimar a idéia do PT, num clássico estilo seu.

Dispondo de poucos argumentos para contrapor-se à força da idéia da articulação do Partido dos Trabalhadores, escoram-se na ação de alguns vacilantes que assumem apenas formalmente a idéia. Como doutores bem instruídos, demonstram, não se sabe como, que o PT vem para reforçar esta estrutura sindical. Pelo contrário, Osasco demonstrou a ne-

## o paparazzi carelli e o desbun da esquerda

Talvez o jornalista Wagner Carelli aspire ocupar, um dia, na Academia Paulista de Letras, uma cadeira por seus méritos como grande moralista e cronista de costumes de nossa dissoluta sociedade, em particular, de seus segmentos de esquerda. No discurso de recepção, um caquético acadêmico fará seguramente referência aos ensaios sobre a Libelú e o mais recente sobre o "Precoce verão dos 80", acolhidos pela revista Isto É (o último publicado no número desta semana), ambos representativos do talento dissecador deste homem de letras que tentou usar, como o nosso Machado, a pena de galhofa como instrumento de trabalho.

Tudo pode acontecer, mas francamente minhas expectativas quanto ao futuro deste Lacos caboclo são mais modestas; quando muito, a história do jornalismo lhe reservará uma nota ao pé da página referente aos "paparazzi" locais.

A diferença de seus corifeus, imortalizados por Felini na Dolce Vita, o nostro Carelli não reconstrói a "decaência do acidente" através da fotografia, mas de uma linguagem pretensamente irônica, que não esconde sua careteira, o conservadorismo de seus valores e a sua disposição em

recolher informações, se necessário for, na cloaca. As intenções, bem...

Carelli e Isto É têm todo o direito de inventariar o "Desbun" que estaria se insinuando entre os "social carlocas" e não seremos nós que lremos sequer sugerir a angulação pela qual a volta dos exilados deva ser tratada, pois nossos compromissos e os de Wagner são seguramente bem distintos.

Tudo tem um limite, no entanto. Por uma parte é sempre prudente não atravessar a fronteira do mau gosto - "...as mais badaladas figuras vindas do exílio douram seus corpos outrora tão castigados". - nem utilizar a calúnia e a difamação para condinantar um discurso que sem elas ficaria insonso.

Não há critérios de objetividade e de informação (a não ser os da imprensa marrom) que justifiquem a referência às "cinco transas" da "exilite" Helena Celestino. Trata-se de um assunto que lhe concerne exclusivamente, não cabendo a Carelli, nem a ninguém, imiscuir-se em sua vida privada. Mais grave, no entanto, é a forma pela qual é referida no texto, Iramaya Queirós Benjamin, uma das mais destacadas dirigentes do movimento pela anistia no Brasil, a quem Carelli atribui "olhares" e "suspiros"

"para os rapazes das novas e novíssimas gerações de engagés".

Qualquer pessoa que não seja um crápula e que preze sua reputação de jornalista seria incapaz de escrever o que Carelli escreveu e que é manifestamente uma mentira. Vejam bem, eu digo mentira, porque ainda que a intenção de Carelli tenha sido essencialmente difamatória em relação a Iramaya, o que conta, em primeiro lugar, é o fato dele veicular algo que não é verdade, e isto é fundamental do ponto de vista ético se é que esta palavra diz alguma coisa para certo tipo de jornalistas.

Mas, e se fossem verdadeiros os "olhares" e "suspiros" da Iramaya ou as "transas" de Helena? Em nome de que valores o nosso moralista interditará que uma sexagenária se interessasse por "jovens engagés" e uma exilada "transasse" com quem quizesse? Não se trata de calbordice, no entanto, embora disto o texto de Wagner não esteja isento. O tratamento que Iramaya e Helena recebe é a expressão particular de uma operação mais vasta que não é difícil localizar na prosa de Wagner Carelli. Embora não tão abundantes quanto os que levam a Roma, são muitos os caminhos que conduzem a Brasília. (Marco-Aurélio Garcia)

## anistia e ensino pago

Nem a tradição nem o humanismo cristão foram suficientemente fortes para impedir o fechamento do curso de Filosofia na UNISINOS, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, dos jesuítas de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. A lógica do lucro capitalista foi mais forte e a Reitoria da UNISINOS extinguiu o Curso de Filosofia. Por uma triste ironia do destino, a lógica empresarial dessa instituição moldada na Reforma Universitária de 1968 liquidou com o Curso que deu origem a própria Universidade.

Com a transferência do Curso de Teologia para Brasília e com os critérios de rentabilidade que norteiam toda a Universidade, a Filosofia estava fadada a morrer. A política educacional deliberada do MEC em retirar

do 2º grau a Filosofia, de ausência total de mercado de trabalho para o filósofo, o número de candidatos continua abaixo dos padrões mínimos de rentabilidade por turma impostos pelo caráter empresarial que o Ensino adquiriu nas Universidades privadas.

A partir do Centro Acadêmico Paulo Freire, do Centro de Educação e Humanismo, começou na semana passada um movimento que procura evitar o fechamento do Curso de Filosofia. Buscando mobilizar professores, ex-alunos, os estudantes das demais universidades gaúchas, o D.A. Paulo Freire busca pressionar a Reitoria para que volte atrás em sua decisão.

(Sucursal de Porto Alegre)

## Um novo MDB?

Após a Convenção Nacional realizada no último domingo, tanto os autênticos como os agora chamados "não alinhados" dão vivas e traçam planos para o Novo MDB. Mas, o que mudou de fato do partido?

Por Flávio Andrade

Com marchinhas, vaias, vivas e bolinhas de papel, atiradas desde as galerias sobre o plenário, realizou-se a Convenção Nacional do MDB no último domingo em Brasília. Nas galerias da Câmara de deputados, emedebistas entusiastas, vindos de vários pontos do país, animavam um verdadeiro carnaval. Lá embaixo, no plenário, os parlamentares faziam os últimos conchavos para a composição da Executiva Nacional do partido e votavam na chapa "Harmonia e Unidade", para o Diretório, já acertada anteriormente.

Esta Convenção "não foi o túmulo do partido", proclamava Ulisses Guimarães, o incontestante presidente reeleito. Pelo contrário, continuava, é o "símbolo das forças populares e da inteligência que sepultarão o arbítrio no Brasil".

Votaram na sétima Convenção do MDB, e que quase certamente é a última, 453 convencionais, dando por resultado 436 votos à chapa única, 6 votos nulos — entre eles dois a Luis Carlos Prestes e 11 em branco.

As vaias dirigiam-se, predominantemente aos adesistas e moderados. Chagas Freitas, governador do Rio e líder dos adesistas, foi o predileto das galerias. Tancredo Neves, tampouco escapou das bolinhas de papel. E o todo poderoso Thales Ramalho, confirmado Secretário Geral do partido também não ficou para menos: recebeu várias marchinhas em homenagem às suas proezas.

O conchavo mais difícil, e que só saiu às 15 horas do domingo, foi em torno à composição da Executiva. Os autênticos tentavam não abrir mão da cabeça de Thales, notório por suas articulações palacianas e que só se classifica correntemente como moderado, e não adesista, em virtude do respeito que a grande imprensa dedica à sua discrição.

Os moderados, juntamente com aqueles até então também moderados, mas agora denominados "não alinhados", argumentavam que seria extre-

mamente prejudicial o partido se cindir numa luta interna entre duas chapas às vésperas de sua extinção. E terminaram vencendo. Saiu chapa única para a Executiva, numa divisão equânime entre moderados, não alinhados e autênticos. Só

não entrando no jogo da partilha, o sempre presidente Ulisses. Mas ao frigar dos ovos, somando-se moderados e não alinhados, a predominância dentro da máquina do partido fica com quem sempre esteve. Por exemplo, logo após a Convenção, os

senadores Tancredo Neves e Roberto Saturnino, ambos da Executiva, o primeiro tido como moderado e o segundo como "não alinhado", puseram-se a defender a tese da União Nacional como saída para a crise atual.

Alguns autênticos e não alinhados, no entanto, pensam diferentemente. Festejaram a vitória como sua, comemorando o nascimento de um novo MDB que sobreviverá para além da reforma partidária do regime, numa frente unindo os liberais à esquerda. Jarbas Vasconcelos, por exemplo, falava: "faremos desta geléia geral que é hoje o partido, um MDB renovado, com a exclusão dos adesistas e dos moderadíssimos mais à direita, em cima de um programa mais enxuto e definido".

No entanto, se o comportamento de moderados como Thales e Tancredo é discreto, e nada festivo, o poder que demonstraram na atual articulação está longe de ser subestimado. Ninguém conseguiu tirar deles a Secretaria Geral, que é o controle da máquina do partido. E na composição do Diretório Nacional, vários autênticos, entre eles Chico Pinto, fizeram questão de ficar de fora, negando-se a entrar numa chapa onde estivessem os adesistas notórios que acabaram conservando suas posições.

Mas, também, não há como negar indícios de que, por detrás da frente que foi o MDB até hoje, esteja se configurando um verdadeiro partido real, no sentido mais preciso da palavra, e com boas chances de sobrevivência. A declaração recente do senador Pedro Simon, por exemplo, negando-se a compor com o que seria sua opção natural, o PTB, só joga em direção a esta linha de argumentação.

Neste mesmo sentido vai a obstinação da nova Executiva, voltada agora, prioritariamente, e com uma moção da Convenção lhe conferindo plenos poderes, para a disputa jurídica contra a extinção do partido. O líder no senado, Paulo Brossard, ensarilha as baterias argumentando a inconstitucionalidade da extinção, e promete um plano de medidas mais audaciosas para estes dias. Mas, de qualquer forma, até lá, muita água vai rolar na reordenação do quadro partidário.

### Com quem está o poder

A cabeça do MDB está no chamado Diretório Nacional, composto de 71 membros — 69 eleitos para tal e os dois líderes no senado e na câmara, escolhidos pela Convenção, e que reúne poderes deliberativos. Acima dele, com atribuições executivas, está a Executiva Nacional, composta de 13 membros, eleitos pelo Diretório.

Uma comparação entre a antiga e a atual Executiva mostra que se os autênticos conseguiram avançar algumas posições, refletindo o movimento mais geral da oposição, no entanto, o domínio incontestável fica com os moderados, agora subdivididos entre moderados (leia-se, adesistas discretos) e não alinhados (leia-se moderados mesmo):

	Antiga	Atual
Presidente	Ulisses Guimarães (NA)	Ulisses Guimarães (NA)
1.º vice presidente	Paulo Brossard (NA)	Teotônio Vilela (NA)
2.º vice presidente	Roberto Saturnino (NA)	Alencar Furtado (A)
3.º vice presidente	Tancredo Neves (M)	Tancredo Neves (M)
Secretário Geral	Thales Ramalho (M)	Thales Ramalho (M)
1.º secretário	Lázaro Barbosa (M)	Jarbas Vasconcelos (A)
2.º secretário	Aldo Fagundes (M)	Itamar Franco (NA)
1.º tesoureiro	Mauro Benevides (NA)	Mauro Benevides (NA)
2.º tesoureiro	Joel Ferreira (M)	Marcondes Gadelha (A)
vogal	Guaçu Piteri (M)	Franco Montoro (NA)
vogal	Gilvan Rocha (M)	Walber Guimarães (M)
vogal	Walber Guimarães (M)	João Gilberto (A)
vogal	Fernando Coelho (A)	Lázaro Barbosa (M)

(\*) M: Moderados; NA: Não alinhados; A: Autênticos

### Notícias do PT

Realizou-se no último dia 4, em Juiz de Fora, uma reunião de articulação do PT na cidade mineira. Presentes várias lideranças populares metalúrgicas, bancários, gráficos, etc, estudantes, donas de casa, membros da Pastoral Operária e um dos representantes do Movimento pelo PT estadual na Comissão Nacional, Luis Soares.

A reunião discutiu os documentos recentemente aprovados no encontro de São Bernardo, avaliou a articulação no Estado e traçou novos encaminhamentos para a ampliação na cidade. Ao final, distribuiu-se uma nota à imprensa dando notícia da criação de núcleos na região e programou-se para este fim de semana novos encontros.

Na capital paranaense, também no fim de semana passado, ocorreram várias reuniões do Movimento pelo PT, assistidas por José Ibrahim, membro da Comissão Nacional. Os setores principais envolvidos formavam núcleos de metalúrgicos e trabalhos de bairro na periferia da cidade, contando também com a presença de militantes de outras cidades do Estado bem como de Santo Catarina. Como saída dos debates ficou uma formalização mais precisa da articulação.

Dia 15 de novembro será realizado na cidade de S. Sebastião do Cai, uma reunião plenária entre os trabalhadores de couro e da uva do Rio Grande do Sul, para discutir a proposta do Partido dos Trabalhadores. O encontro será realizado no salão Poeta, começando às 9 h da manhã. Estarão presentes membros da Coordenação Regional provisória Pré-PT e Oliveira Dutra, da Coordenação Nacional.

A pauta da discussão inclui relato dos representantes dos diversos locais presentes e informações sobre a situação regional e nacional do PT, discussão sobre o PT na atual conjuntura e suas tarefas imediatas e encaminhamentos.

A comissão organizadora está esperando trabalhadores de S. Leopoldo, N. Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha, Portão, Montenegro, Garibaldi, Farroupilha, Bento Gonçalves, além do pessoal da cidade sede, S. Sebastião do Cai.

### PT: onde está a direção?

Há quase um mês, desde a reunião de São Bernardo, que a direção nacional do PT não se reúne, para tirar consequências das propostas aprovadas. Finalmente, para o próximo dia 9, em Campinas, está marcada uma reunião da Comissão Nacional provisória. Aqui, Jacó Bittar e Paulo Skromov, dois de seus membros, avaliam a situação do movimento.

Jacó Bittar

Como você avalia o estado atual do Movimento pelo PT, em especial uma certa paralisação ou lentidão da Comissão Nacional frente às tarefas que ela mesma se propôs na sua constituição?

— Eu acho que as dificuldades que estamos encontrando são naturais num partido como o nosso, onde as direções estão envolvidas extremamente com o trabalho sindical. As greves estão aí e mobilização contra o projeto do governo de uma nova política salarial nos ocupou bastante. E o Movimento pelo PT depende do sucesso destas mobilizações, daí não ser possível nem correto desdenhar delas em benefício das articulações. Mas estamos conscientes dos entraves que o Movimento vem enfrentando e já agora, dia 9, faremos uma reunião da Comissão Nacional para equacionar os problemas.

— A quantas anda o processo de nucleação?

— Está em expansão, porém num ritmo muito desigual nacionalmente. É preciso organizar melhor este processo para que as energias não se percam, na medida em que não encontram um conduto para se expressar. Aqui em Campinas por exemplo, na minha região, estão surgindo vários núcleos. E isto é positivo. É mesmo fundamental. A mobilização pela base é que é a vida deste partido que queremos construir.

— Que medidas vocês estão pensando em tomar nesta reunião do dia 9?

— Não sei ainda. Teremos que fazer um balanço geral para detectar as falhas e a partir daí tomar as medidas que se façam necessárias.

— E a questão da legalização do partido. Que caminhos devem ser escolhidos?

— Ainda não sei. Mas isto não é o fundamental, e é necessário ter clareza desta questão para não cairmos em falsas soluções ou perigosos dilemas. Não temos pressa da legalização. O nosso ritmo não deve ser dado pelo calendário eleitoral do regime. A legalização virá quando tivermos acumulado passos seguros na construção real do partido a nível nacional.



Jacó Bittar



Paulo Skromov

Paulo Skromov

Num certo sentido há hoje uma insatisfação relativa à expectativa que se criou após o encontro de São Bernardo, de um maior deslançamento do PT. Como você este quadro?

— Eu estou de pleno acordo com o que o companheiro Ibrahim colocou na entrevista dada a vocês. O nosso mal funcionamento reflete a falta de experiência das lideranças que, apesar de serem as mais representativas do movimento popular, estão encontrando alguma dificuldade para deslançarem no plano político. Mas o PT vai contar é com elas e neste sentido tem que ser tolerante com este aprendizado, uma postura intransigente ou intolerante, hoje em dia, para com as falhas, e que são muitas, que vêm ocorrendo na articulação do Movimento pelo PT, seria desconhecer a realidade sobre a qual estamos trabalhando. Não devemos ter pressa ou impaciência com estes problemas e limitações. Estamos num processo de construção de uma direção política representativa e isto é inevitável. Num certo sentido muitos de nós estão tendo agora seu batismo político.

— Que propostas serão levadas à reunião do dia 9?

— Preliminarmente, acho que a eleição de novos representantes na Comissão Nacional, a partir dos estados, como ficou estabelecido no encontro de São Bernardo, irá introduzir um elemento novo na direção, e politicamente. Companheiros com maior experiência política e com não menos representatividade nos seus estados, seguramente darão maior consistência à Comissão Nacional. Apoio

também as propostas de reestruturação levantadas pelo Ibrahim, como a criação de secretarias e assessorias ligadas à direção. E mais, acho indispensável uma espécie de Comissão Executiva, uma executiva política, para dar permanência no cotidiano à ação da Comissão que por ser muito ampla só pode se reunir realmente com intervalos maiores. Acho que estas questões serão enfrentadas na reunião do dia 9.

— A reunião de São Bernardo enfatizou a necessidade do PT se lançar já em campanhas, mas até agora nada...

— Acho que a campanha que vai pegar mesmo, e onde poderemos de fato dar uma contribuição à luta contra a ditadura imediatamente é na questão partidária, da liberdade de organização. Não concordo com a proposta que o Ibrahim faz na entrevista, de uma frente com o PTB e o MDB popular para se conquistar legenda — já falei com ele e ele mesmo disse que não era bem aquilo que queria dizer. Em primeiro lugar, não é oportuno agora se cogitar deste tipo de procedimento para a nossa legalização. O que temos que fazer hoje é acumular nossas próprias forças e não aceitarmos desde já as limitações que a ditadura quer impor ao quadro partidário. Pode até ser que venha a ocorrer de termos que, eventualmente nos agrupar sob alguma legenda alheia para alguma eleição. Mas este problema não se coloca agora e mesmo quando vier a se colocar — se é que virá — isto não constituirá uma frente necessariamente, mas sim um arranjo formal para concorrer às eleições.

No momento, e voltando à questão das campanhas, o que devemos é lançar uma ampla mobilização popular contra a reforma partidária do regime em defesa da plena liberdade. E nisto, caminharemos juntos com todas as correntes, forças ou partidos que se disponham a fazer o mesmo. Até com o Partido Independente se ele se dispuser. É a unidade na ação com qualquer força que se ponha concretamente contra o projeto restritivo do governo. E esta mobilização é fundamentalmente fora do Congresso, ainda que deva também ser completada a nível parlamentar. O fundamental é chamar as forças que têm real interesse na liberdade partidária ampliada, o PCB, o PC do B etc, para uma ampla campanha pela liberdade de organização, política.

## hermínio sacchetta

# Constituinte, antes do mais

Uma das vias menos cruentas para o desmantelamento do atual sistema autoritário e elitista de governo, pode ser encontrada, nos dias presentes, em uma Assembleia Nacional Constituinte, democrática e soberana, constituída por voto universal, direto e secreto e que confira, desse modo, também aos analfabetos seu inalienável direito de participação na vida social e na escolha dos legisladores.

Parece-nos, contudo, bem duvidoso que o povo alcance essa Assembleia Constituinte por caminhos amenos, posto que os atuais "donos do Poder" a este se guindaram e nele ainda se mantêm por meios escusos, coercitivos, ilegítimos. Encontram-se eles escudados com um aparelhamento severamente repressivo de todas as manifestações discrepantes dos padrões de comportamento político, ditados pelos usurpadores das prerrogativas populares.

A classe social que controla a máquina do Estado — todos os sabemos — sempre se acha em condições de determinar a **essência** de uma Constituição. A "liberal-democracia" que os atuais detentores do Poder insinuam pretender restaurar com a "reforma partidária" a cargo de seus rábulas palacianos instruídos, **de fato**, para limitá-la a duas agremiações de mesma composição social, não só se contrapõe ao curso da evolução das instituições políticas, condicionado pelos novos tempos em que o proletariado marca o cenário histórico, como exclui larga faixa da população composta da pequena-burguesia mais radical.

Ainda que as perspectivas devam ser, para nosso povo, um regime socialista, hoje e agora elas se inserem em uma estratégia global que reclama a mobilização de todas as forças democráticas e progressistas dispostas, desde já, a conquistar a indispensável **liberdade política**. Esta é condição para novos rumos em busca de uma sociedade igualitária que assegure aos trabalhadores o desfrute dos bens materiais e culturais produzidos.

Será, pois, incumbência da Assembleia Nacional Constituinte apresentar um código de ordenamento de funcionamento do Estado **da base ao ápice**, e que fixe as normas para a elaboração de todas as leis menores, sejam de natureza econômica, política ou social. A Constituinte cumprirá apresentar-se, desse modo, como um livre fórum a definir as linhas de polarização das múltiplas tendências político-partidárias. Por esse caminho, o povo deverá participar, através de seus representantes, da promulgação das leis e, por consequência, da condução dos negócios públicos.

Contudo, para que se chegue a uma Constituinte viável, antes se deve varrer o entulho reacionário amontoado pelos decretos-leis e "leis" anti-greve, de arrocho salarial, de controle dos sindicatos, dos meios de comunicação e congêneres que entorpecem e paralisam a consciência popular.

Cabe, pois, sobretudo às forças populares organizadas, com o proletariado à frente, conquistar os segmentos da população menos conscientes de suas prerrogativas políticas, para a obra de inserção na futura **lei básica**, vale dizer, na Constituição, dos direitos fundamentais dos trabalhadores, em especial no âmbito político. E aos trabalhadores cabe

fazer cumpri-los, por pressão contínua, com todos os recursos de que dispõem.

Tenha-se em conta que esse caminho de representação e participação nos negócios do Estado Capitalista, é aqui focalizado sob o ângulo de um regime político democrático-burguês, com todas suas limitações e numa sociedade dividida em classes. Mas não deve estancar-se aí. Participação não é aceitação passiva, muito menos conivência. Ao contrário, é empenho contra a dominação dos detentores dos meios de produção capitalistas e pela substituição de um sistema já em falência, dilacerado por conflitos de toda ordem, desarmônico, de aviltamento do ser humano e selvagem espoliação da força de trabalho.

Bem outra seria a presença dos trabalhadores na direção e condução da coisa pública em regime de socialismo autêntico, sem classes, nem estamento burocrático, que lhes usurpe a máquina administrativa e os órgãos do Poder, como sempre em quase todos os "modelos" do gênero, existentes.

A condição de legitimidade desse Fórum, melhor dito, da Constituinte, repousa, pois, na presença de representantes de todas as tendências ideológicas e doutrinárias que disputam espaço próprio, por mediação de seus partidos e outras modalidades de organização política. Mas a Constituinte, por si só, mesmo reunida nas melhores condições de democracia burguesa, espelhará, sem dúvida, os condicionamentos da estrutura econômico-social que a convoca.

Todavia, a arma insubstituível na luta contra a opressão e a miséria é a **liberdade política** de que bem distante ainda se encontra o proletariado e demais estratos sociais desaposados. E essa liberdade política é indispensável que comecemos a conquistá-la, passo a passo, desde já, para que a Constituição reclamada a garanta nos **limites extremos** do atingível nas circunstâncias atuais. Assim, pois, de pronto, urge se exigida, pelas organizações político-partidárias de caráter popular, a extinção de quaisquer restrições e proibições constantes da legislação eleitoral e de outros "diplomas legais" impedimentos do livre exercício dos direitos políticos em uma democracia "formal", para que a Assembleia Nacional Constituinte exerça, o quanto possível, as funções que lhe são privativas, isto é, a elaboração do Estatuto fundamental — a Constituição — cujas normas devem assegurar as liberdades públicas, irremissamente respeitadas pelas chamadas leis menores.

Repetimos: formulamos aqui, genericamente, a questão da Constituinte em termos de regime democrático-burguês, **conforme** a atual correlação das forças sociais no Brasil. Não obstante, a dinâmica do processo político-social, ora em início, pode impor-nos uma reviravolta que nos alce a nível de outra estratégia e de nova tática. Mas isto não ocorrerá espontaneamente. A prevalência, em menor ou maior grau, deste ou daquele ideário político-social, em regime de liberdades democráticas, traduz a realidade das forças em confronto.

Um salto qualitativo, de caráter social, na História e que abala ou rompe as infra-estruturas, resulta de um processo cumulativo nunca espontâneo, mesmo que, aparentemente, possa mostrar-se assim. Em sua essência, o mais das

vezes, são forças necessárias que o promovem, orientadas por agrupamentos ou organizações de vanguarda, que exigem liberdade e bem-estar material.

Em termos limitados e nos quadros de uma estrutura democrático-burguesa, como objetivo próximo e necessário para pôr termo ao regime autoritário, esse salto qualitativo não emergirá do nada. Resultará, isso sim, de quantos, organizados em partidos políticos ou entidades de massas, se disponham a fixar aquela meta, com decisão, e a alcançá-la.



Hermínio Sacchetta é marxista, ex-militante do PCB e um dos fundadores do Partido Socialista Revolucionário.

## eduardo albuquerque

# O PT e os estudantes

Com a reunião do dia 13 em São Bernardo, o PT sai a campo. E a sua declaração política é clara, diz a que vem: "O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido pelos trabalhadores, única maneira de por fim à exploração e à opressão."

E para nós, estudantes, este passo e esta perspectiva são muito importantes. Afinal temos inúmeras contradições com a atual ordem fundada no lucro que, obrigando-nos a buscar uma formação universitária, dirige-a autoritariamente, torna-a cada vez mais cara e paga, mais distante da realidade social e, no final das contas, nos joga muitas vezes no desemprego. A nós, muito interessa participar da luta, como diz a Carta de Princípios da UNE "contra toda forma de opressão e exploração" e portanto devemos saudar os instrumentos que a viabilizam.

Mas, mais do que saudar, já, participar. Por isso, mais além de participar de seus encontros, é hora de partirmos decididamente para a criação de núcleos do PT dentro das universidades.

A importância dos núcleos é evidente; em primeiro lugar, porque sendo entendido como o elemento base de um partido que nasce de baixo para cima, começará a dar corpo ao PT e garantir sua democracia; em segundo lugar porque, se queremos um partido colado às lutas sociais, devemos desde já ir organizando nossa intervenção nelas; e, em terceiro lugar, porque há muita gente dispersa dentro das universidades que está com o PT e não tem a quem procurar nem o que fazer. O PT cada vez ganha mais adeptos nas universidades!

Organizar os núcleos do PT nas universidades não significa confundir os com as nossas entidades, dos DAs à UNE. Diferentemente de nossas entidades, das quais, a despeito de suas convicções, todos os estudantes participam, os núcleos do PT fazem parte de uma organização que extravasa os muros da universidade e aglutina todos os que se interessam e concordam com o partido, para militar.

Sem se confundir, no entanto, os núcleos do PT devem contribuir para o movimento estudantil. Contribuir na medida em que trazem novos ares rompendo com o nosso isolamento social e potenciando nossa ação comum com aqueles que transformarão a sociedade: os trabalhadores. Contribuí também

na medida em que nossa intervenção com outros setores explorados nos dará inclusive uma clara orientação para o sentido que devemos dar à transformação da universidade.

A ampliação do PT pode ter a nossa ajuda. Em primeiro plano dentro da universidade, buscando discutir com professores e funcionários. Num segundo plano, é bom lembrar que inúmeros estudantes — certamente a grande maioria deles — trabalham: aonde a idéia não tiver chegado poderá ser levada por esta via. Podemos levar a idéia para o local onde moramos, para o nosso bairro e para cidades do interior — não são poucos os que vêm estudar nos grandes centros. Um partido de poucos recursos financeiros — afinal, sem padrões — não pode abrir mão de nenhum recurso para se propagar, por mais curioso que possa parecer.

E, ainda mais, a nossa participação no apoio aos movimentos grevistas tem sido muito pequena.

Iniciando imediata e decididamente este processo de nucleação, devemos já ir pensando na nossa participação organizada no Encontro Nacional de Militantes do PT que se realizará dentro de cerca de 100 dias — durante as férias escolares. A idéia é de que todos os estudantes que participam do PT organizem um Encontro Preparatório — como inclusive foi sugerido na reunião de São Bernardo — quando poderemos discutir aquilo que seria a nossa contribuição peculiar no debate programático: elaborar propostas sobre a questão educacional e universitária — como todos sabem ensino público e gratuito faz parte da proposta de programa do PT, e cabe ser melhor concretizado.

No mais, como diz o ditado: "é no balanço da carroça que as abóboras se ajustam".



Eduardo Albuquerque foi presidente da chapa Novação que concorreu recentemente para as eleições da UNE

### Sexta-feira:

compre o  
**EM TEMPO**  
nas bancas  
Cr\$ 20,00

### Sábado e domingo:

constate pessoalmente

- \* Os principais fatos políticos da semana
- \* A melhor cobertura do PT e do Movimento Sindical e Operário
- \* História da esquerda brasileira
- \* O debate dos grandes temas do socialismo

### Segunda-feira:

Faça sua assinatura  
para não perder mais  
nenhum número

Nome ..... Profissão .....

Endereço ..... Bairro .....

Cidade ..... Estado ..... CEP .....

Estou enviando o cheque nº ..... do Banco .....

Por assinatura:  ANUAL Cr\$ 800,00  SEMESTRAL Cr\$ 450,00

Exterior:  INDIVIDUAL US\$ 70,00  INSTITUIÇÕES US\$ 120,00

Rua Mateus-Grou 57 - São Paulo - SP - CEP 05415 - Fones: 853-6680 - 280-4759

## opinião

luis soares

## Governo provoca professores

O governo de Minas prepara mais um golpe contra os interesses do magistério. E não só do magistério: também da imensa maioria da população, de todo o povo trabalhador do Estado.

Contrariando todas as prioridades sociais, o governador Francelino Pereira enviou recentemente à Assembléia Legislativa um projeto de orçamento para o ano de 1980 que não prevê, para a área de educação, qualquer acréscimo real na dotação de anos anteriores — o que, aliás, também ocorre com o setor saúde.

Face às demandas naturais do sistema de ensino (como reparos de prédios, reposição de materiais e instrumentos didáticos, ampliação vegetativa da rede escolar, etc...), os percentuais orçamentários previstos já seriam simplesmente absurdos. Centenas de prédios escolares, tanto na capital quanto no interior, não resistem ao menor teste de segurança física. Outros tantos seriam imediatamente interditados pela saúde pública, caso esta se dignasse a fiscalizá-los.

Em quantas escolas os professores não são obrigados a comprar o próprio giz com que trabalham? Em quantas — e são geralmente aquelas situadas em áreas de miséria mais explosiva — a merenda escolar absolutamente não é fornecida? E o que dizer da manutenção das escolas, de cuja responsabilidade o governo estadual se exime cada vez mais, transferindo-a para os pais de família, as comunidades, o povo trabalhador, enfim?

Se esta defasagem absurda ocorre até em relação às necessidades mínimas do sistema escolar, às necessidades de sobrevivência do sistema, no que toca ao problema salarial a situação é muito pior.

Em Maio/Junho últimos, como uma das conquistas de nossa greve, que mobilizou durante 40 dias mais de 100.000 profissionais do magistério, em 420 municípios do estado, o governo se comprometeu a equiparar em 2 anos os salários dos professores aos do funcionalismo público estadual (o que significa dobrar o salário real até 1982). Este compromisso foi expresso à exaustão pelos srs. Francelino Pereira e seu Secretário de Educação, Paulino Cícero.

Agora, com o atual projeto orçamentário, o mesmo governo nega na prática a disposição de cumpri-lo. E o que é pior: busca criar um fato consumado, já que o orçamento deve ser aprovado em época de provas e exames, convenientemente distante da Campanha Salarial.

Percebe-se nitidamente que nada mudou na política educacional mineira. Palavras, palavras e mais palavras. Os trabalhadores de ensino e a grande massa pobre deve continuar pagando o pato.

De novo, o que existe realmente é a firme disposição do magistério de não aceitar mais esse engodo. A firme disposição de atuar através da sua entidade representativa no combate à esta política. O que implica, em primeiro lugar, em denunciá-la ao conjunto da população. E igualmente em recusar qualquer pretenso fato consumado.

Ou seja: As nossas reivindicações jamais se limitarão aos percentuais previstos neste orçamento. Vamos reivindicar de acordo com as necessidades da Educação, de nossa categoria profissional, do povo pobre. Buscando, inclusive, incorporar à esta luta todos os setores sociais interessados. Faremos nova greve, se for preciso. E, como se sabe, greves não respeitam orçamentos. Vamos lutar palmo a palmo por melhores condições de ensino e trabalho, independente e/ou contra rubricas orçamentárias. Em suma: tudo isso desmascara o governo e reforça a consciência que recentemente adquirimos: nada será conseguido sem luta; mas a luta pode tornar letra morta muitos e muitos projetos antipopulares.

Luis Soares é dirigente da UTE — União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais — e um dos representantes recém eleitos no Estado para a Comissão provisória do Movimento pelo PT.



Mulher na fábrica

## “Nossa vida é brigar”

Por Elisabeth Souza Lobo

Nair Floriano de Camargo há 13 anos operária na indústria farmacêutica, é agora delegada representante no Conselho da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de S. Paulo.

Nair veio de Bauru. Seu primeiro emprego foi num laboratório. Mais tarde fez um curso de manipuladores e deixou de estudar. Tem uma filha de dez anos. “Quando ela nasceu eu estava mais ou menos numa boa”, depois fiquei sozinha e começou a luta de creches, até que tive que mandar a menina pra casa de minha mãe e só no ano passado ela veio de volta”.

«Na minha firma, a Majer Meyer, diz Nair, tem muito problema. Fiquei 3 meses para me acostumar, fazer amizade com as meninas. Um dia fui no refeitório e vi gente comendo na marmita arroz com ovo. Meu deu dor no coração. Na Majer Meyer ninguém podia tomar lanche. As pessoas ficavam até o meio dia trabalhando sem comer nada. Falei para as meninas trazerem lanche no dia seguinte. Todas trouxeram. O chefe me chamou e disse que era proibido mas a gente insistiu. Agora nos servem um cafezinho. Antes até tínhamos que pagar o avaral de trabalho, Cr\$ 220. Quando reclamamos eles começaram a dar os aventais, mas não para todo mundo.

## As meninas têm medo do Sindicato

Todo mundo tem medo do sindicato lá na firma. Um dia um cara do escritório me encontrou e me disse que queria me ver fazer uma greve. Ano passado as firmas do setor deram 10% de antecipação. Menos a Majer Meyer. Comecei a falar pra um, pra outro, reunimos um grupinho e resolvemos lutar. Não por 10% porque era besteira, resolvemos brigar por 30%.

Então vim ao sindicato. Teve assembléia salarial e a turma da firma veio. Foi tirada uma comissão de fábrica. Foi quando comecei a participar. No dia da negociação fomos à Delegacia Regional do Trabalho. Ficamos lá sentados. Ai saiu o advogado e disse que a negociação tinha terminado e que os patrões não tinham dado nada. Alguns da comissão reclamaram. A segunda convocação já nem foram chamados. Eu não entendi nada.

Fizemos outra reunião no sindicato. O Waldomiro presidente do Sindicato, disse: Quero ver quem é a mulher macho que pára a Majer Meyer. Fiquei furiosa.

## As meninas param a produção

Resolvemos, um grupinho, fazer nova assembléia. Juntamos os endereços e chamamos todo mundo pro sindicato. Era quinta-feira e marcamos a assembléia para segunda. Quando foi se-



gunda ao meio dia foi um funcionário do sindicato dizer que a assembléia estava transferida para 3.ª feira. Com isto o pessoal desanimou. Vieram só 60 pessoas. Me disseram que com só isso não dava para fazer movimento. Falei: vai parar com estes 60. Quando viram que estávamos mesmo decididas começaram a tentar nos desanimar. Na minha opinião uma diretoria de sindicato não pode ficar mais de dois anos, porque senão os caras vão ficando patronais. Quando termina o tempo de uma diretoria tem que ter uma chapa diferente.

Vê só, quando decidimos parar, o Waldomiro chamou a comissão e falou que greve é ilegal, que corriamos o risco de fazer fechar o sindicato e de ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Disse pra gente fazer uma parada relampago. As mulheres não aceitaram. Resolvemos parar numa 4.ª feira. Na 3.ª feira passamos por toda a fábrica. Amanhã todo mundo enrolando...

De noite não dormi. Na hora que você pensa que a firma vai parar dá um frio muito grande. É muita responsabilidade

## Como se esvazia o movimento

As 6.30 da manhã as mulheres começaram a chegar. Uma segurou o elevador, outra ficou no relógio. Trancaram o elevador. Ninguém entrou. Alguém chamou os diretores. O diretor de produção me perguntou: D. Nair onde é que vai colocar este pessoal que está parado. Respondi: Esta pergunta faço pro senhor

Mandaram todo mundo pra embalagem. E chamaram a comissão para negociar. Junto com o Waldomiro.

Chegamos lá em cima. Puseram 10 cadeiras para a comissão no meio da sala. As outras em frente. Falou o diretor: “Somos uma firma pequena e não temos condições de dar aumento.

A Majer Meyer não tem culpa se o Brasil é subdesenvolvido e a fábrica não pode pagar bem seus funcionários. Propuseram 10 dias para poder negociar e a volta imediata ao trabalho.

Um homem da comissão aceitou a proposta, as mulheres resistiram mas aos poucos foram concordando. Ai pediram para eu avisar as companheiras. Me recusei. Waldomiro foi e disse: A comissão concordou por vocês. O pessoal queria matar todo mundo. Voltou tudo a trabalhar. 10 dias depois ninguém sabia qual era a proposta da firma. Nem o sindicato. Disseram para a gente da comissão ir na Federação das Indústrias. Eu pedi que fosse na própria firma:

A firma ofereceu 7%. Rejeitamos, 8%, 10%, até chegar aos 15%. Conseguimos, mas foi uma decepção. A comissão levou via. Fiquei com uma bronca tremenda e me afastei do sindicato. Da comissão de dez só ficaram 4. Os outros foram postos na rua.

Em maio o Waldomiro foi me convidar pra nova chapa. Tentamos fazer uma outra chapa mas um companheiro importante foi dispensado da firma e a chapa não saiu. Ai eu aceitei ficar nesta pra ver se posso fazer alguma coisa aqui.

Venho aqui todo dia. Já tá criando problema em casa porque não estou pra fazer comida. Minha filha fica muito tempo sozinha, meu companheiro reclama. Vida de mulher é brigar. Briga na fábrica, briga com o marido, briga no sindicato. Acho que nunca tive um tempo de descanso».

## Oposição quase ganha tecelões

Por João Gomes (\*)



Os tecelões de Belo Horizonte. Contagem, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Caetanópolis, Paraopeba, Araçá e São Vicente, depois de três eleições com chapa única, puderam este ano participar de uma eleição com duas chapas concorrendo. Como era de se esperar, muitos nem sabiam como votar, devido haver duas chapas concorrendo. Outros pensavam que o presidente era colocado pelo Governo. Outros ainda elogiavam a atuação do sindicato, pois ele tem dentistas, médicos, bailes e bolsas de estudo. Estas expressões eram bem comuns quando em campanha eleitoral se palestrava com os companheiros colocando nossos planos de trabalho e pedindo opiniões.

Mas isto para mim e alguns companheiros não foi surpresa pois foi baseado nesta falta de esclarecimentos da categoria tecelã que tomamos a iniciativa de formar uma chapa para concorrer e modificar a atuação do nosso sindicato, tornando-o mais combativo, orientador e representativo.

Desde o início eu participei do movimento pois sou a favor da renovação, acho que as coisas não devem parar, uma diretoria que ocupa, muitos

anos um sindicato tende a paralisar e a se acomodar. E uma diretoria deve estar sempre atenta porque os patrões não dormem no ponto e estão sempre visando novos meios de explorar o trabalhador, de lesar seus direitos, de aumentar a produção. Prova disto é que a classe tecelã é a que tem o piso salarial menor em Belo Horizonte, atingindo a quantia mísera de Cr\$ 2.561,40 (ainda com um agravante de que em várias cidades do interior, os trabalhadores recebem menos ainda).

Conseguimos depois de muitos contratempos, formar a chapa de oposição, chapa 2. Em uma primeira reunião depois de registrada a chapa chegamos a um acordo sobre as nossas propostas de trabalho que foram as seguintes: lutar por aumentos de salários decentes, melhores condições de trabalho, incorporação dos prêmios aos salários, equiparação dos salários do interior com a capital, exigência do fiel cumprimento das leis de proteção ao trabalhador, luta pelo direito de greve, luta pela estabilidade no trabalho, melhoria do departamento jurídico, melhoria no atendimento médico e odontológico, maior participação do associado na sede, nos bailes, na Colônia de férias e maior divulgação das atividades sindicais, tais como assembléias bem como dos direitos trabalhistas. Durante a campanha surgiram outras propostas de acordo com as discussões feitas com os companheiros. Assim, nossa campanha foi feita por meio de jornais, boletins, reuniões em bairros, reuniões por fábricas e bate-papos dentro das fábricas nos horários de almoço e café.

## OS SALDOS DA CAMPANHA

Concorremos no dia 31 de agosto, mas pelo fato de não ter havido maioria absoluta, a eleição foi anulada. Nesta primeira eleição, a chapa 2 perdeu por uma diferença de 533 votos, obtendo 1237 votos. Nas cidades do interior, como Pedro Leopoldo, Paraopeba, Caetanópolis, Araçá a chapa 2 foi vitoriosa, tendo ainda superado a chapa 1 na fábrica industrial de Estamparia, em Belo Horizonte. As fábricas que consideramos de maior vulto para nossa derrota foram a da Cachoeirinha, Renascença e Santa Elizabeth.

Na segunda eleição, marcada para 15 dias após, concentrarmos nosso trabalho nestas três fábricas. Os resultados se fizeram sentir com a votação da Renascença de igual para igual, a votação de Cachoeirinha melhorando consideravelmente, somente permanecendo a diferença na Santa Elizabeth. Em algumas outras fábricas na cidade industrial, a nossa votação melhorou e até virou, como foi o caso da fábrica Dona Lili (onde houve greve). No entanto, no interior a “vaca foi pra o brejo”, pois somente Araçá manteve a frente a nosso favor. Devido a esta reviravolta, a chapa 1 aumentou a sua diferença de 533 para 764 votos, passando seu mandato para quinze anos consecutivos.

O fato é que a diretoria da situação se vendo na iminência de perder, apelo para a ignorância e a coligação com os patrões, ameaçando mandar prender companheiros nossos que estavam distribuindo boletins em Caetanópolis e Paraopeba e com as empresas ameaçando demitir em massa se a chapa 2 vencesse, oferecendo ainda vantagens se a chapa 1 fosse vitoriosa. Além disso, os componentes da chapa da situação tinham entrada franca em todas as fábricas, enquanto que a chapa de oposição só podia fazer campanha do lado de fora das indústrias.

Mas esta competição trouxe muitas vantagens para os tecelões. Uma delas foi as informações que a categoria pode obter através dos boletins periódicos. Outra vantagem foi a mobilização que houve dentro da categoria pois além dos componentes das chapas concorrentes, vários companheiros se movimentaram em apoio às chapas. Há ainda a obrigação da chapa eleita ter que apresentar um trabalho melhor neste mandato, pois sabe que existem muitos insatisfeitos com as atuações anteriores.

Nós da chapa 2 estamos firmes, não nos sentimos derrotados agora é partir para a prova confiantes e seguindo nosso compromisso de trabalhar para o bem da categoria.

\* João Gomes foi candidato à vice-presidência do sindicato na chapa da oposição dos tecelões mineiros.



## Químicos: Acordo encerra a campanha

Faltou pouco para que, ao lado da greve dos metalúrgicos, explodisse também uma greve dos trabalhadores da indústria química de São Paulo. A data base da categoria é dia 1º de novembro e o acordo entre os sete sindicatos dos trabalhadores envolvidos nas negociações e o Grupo 10 da FIESP - considerado um dos mais duros da Federação patronal - foi assinado na véspera, após 15 dias de enrolação por parte dos patrões, que ficaram ganhando tempo até a aprovação, pelo Congresso, da nova política salarial do governo.

Com o acordo, o piso salarial da categoria subiu quase 100%, passando agora para Cr\$ 4.104,00. Os reajustes, distribuídos em quatro faixas, foram os seguintes: 66% para quem ganha até Cr\$ 7 mil; 62% para os que ganham de Cr\$ 7 mil até Cr\$ 11.500,00; 59% para os de Cr\$ 11.501,00 até Cr\$ 16 mil; e 57% para os que estão na faixa de Cr\$ 16.000,00 até Cr\$ 22.000,00. Todos os reajustes, segundo o acordo, vigorarão até maio de 1980, com retroatividade desde 1º de novembro do ano passado.

Os químicos, em São Paulo, são mais de 300 mil, distribuídos pelas indústrias químicas, petroquímicas, farmacêuticas, de abrasivos e outras.

As negociações entre os 15 sindicatos patronais e os sete dos químicos, representando apenas 1/3 da categoria, desenvolveram-se na sala 1001 da FIESP, com os patrões, liderados por Fausto Spina, presidente da Indústria de Produtos Farmacêuticos, realizando um festival de protelações. Do lado dos traba-

lhadores, esteve Almir Pazzianotto, responsável pela assessoria jurídica.

Quando as discussões giravam sobre a validade dos atestados médicos apresentados pelos trabalhadores para justificar ausências do serviço - discussão secundária encaminhada pelos patrões -, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Suzano, José Guedes, denunciou que os responsáveis pelas irregularidades estavam ali mesmo, como por exemplo os representantes da Hoechst daquela cidade. Foi o bastante para a reunião chegar ao fim.

Na verdade, as negociações só avançaram às vésperas da determinação pelo governo da nova Política Salarial, precipitada pela greve dos metalúrgicos e principalmente pelo assassinio de Santo Dias da Silva. O próprio delegado do TRT telefonou para Spina, na FIESP, cobrando a presença das partes para assinar o acordo.

Entre os sindicatos, somente Carlos Cremasco, de Campinas, resistiu a fechar o acordo. Acabou, inclusive, assinando-o ad referendum da assembleia, ou seja, condicionando sua validade à posterior aprovação dos seus companheiros. Já Waldomiro Macedo, do sindicato de São Paulo, que 15 dias antes da última reunião entre trabalhadores e patrões sabia quais os índices que os empresários estariam dispostos a negociar, encontrava-se visivelmente preocupado com a possibilidade de o acordo não ser assinado. E foi logo dizendo: "Eu assino porque conheço a minha classe. O aumento está bom, e se depois me chamarem de pelego, tudo bem".

ras, BH pesa pouco em suas vendagens globais. Além disso, caso não consigam vencer a intransigência dos proprietários de revistas e jornais, os jornalistas estão pensando numa alternativa para melhorar sua receita: a fundação de uma cooperativa para a distribuição das publicações, através da qual teriam condições de eliminar as distribuidoras, que funcionam como intermediárias, ficando com o percentual cobrado por elas.

## Hospital Espirita Demite comissão

A direção do Hospital Espirita de Porto Alegre não dorme no ponto quando se trata de defender os seus interesses: com o objetivo de esvaziar a mobilização de seus 500 funcionários, que vem exigindo um aumento imediato de 100 por cento, mais adicional de insalubridade e risco de vida, demitiu quase todos os 21 membros da comissão encarregada de lhe entregar a lista de reivindicações. Mas nem isso esmoreceu os trabalhadores que não só rejeitaram a ridícula contra-proposta patronal de 20 por cento de aumento, mantendo as reivindicações originais, bem como elegendo a nova comissão (no dia seguinte cinco membros dessa comissão foram dispensados).

O mau exemplo da direção do Espirita prosperou: também na Santa Casa de misericórdia, todos os membros da comissão de negociação foram postos na rua, fazendo com que a mobilização refluxisse naquele hospital, deixando isolados os funcionários do Hospital Espirita, que nem por isso estão dispostos a qualquer recuo.

## Professores/RS Assembleia-Geral

Os professores gaúchos, que trabalham na rede particular de ensino, estão madrugando com a campanha salarial do próximo ano: no sábado, dia 10, haverá assembleia geral, na sede do sindicato, quando discutirão o elenco de reivindicações que apresentarão aos patrões. Na ocasião, eles debaterão uma primeira proposta, encaminhada pela diretoria da entidade, que prevê um reajuste de 100 por cento caso ele se dê através de acordo, ou de 50 por cento acima do índice oficial, caso as negociações acabem em dissídio. A proposta prevê, ainda, a fixação de uma antecipação de 40 por cento, em setembro de

1980, pagamento de janelas nos horários, limitação do número de alunos por turma, além da vinculação do valor da hora-aula dos professores ao valor da anuidade escolar.

## Greve da CHESF Termina com festa

Com o atendimento de suas 11 reivindicações, que incluía um aumento escalonado que variava entre 53 por cento e 81,35, além de estabilidade para todos os integrantes da comissão de negociações durante um ano, compromisso de não punir nenhum grevista, firmado através de portaria da empresa, terminou com um carnaval improvisado a greve dos funcionários da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em Paulo Afonso, Bahia (o mesmo ocorreu com os funcionários do Recife, onde apenas a estabilidade para as lideranças não foi obtida). A paralisação, tanto num lugar como outro, foi praticamente total: em Paulo Afonso, por exemplo a única exceção foram os encarregados de operação de produção e distribuição, determinada pelos próprios grevistas. Até os guardas de segurança abandonaram suas guaritas, que foram ocupadas por soldados da Polícia Militar.

## 13 milhões/dia É o prejuízo da CELPE

Mas a política da CHESF, que resolveu discutir e atender as reivindicações de seus funcionários, não ocorre na Campanha Hidroelétrica de Pernambuco (CELPE) do governo Estadual. Apesar de vir sofrendo um prejuízo diário de Cr\$ 13 milhões, o presidente da empresa, Murilo Paraiso, continua se negando a reintegrar cinco membros da comissão de negociações demitidos pela empresa. Sua atitude é decorrente da orientação do «liberal» governador do Estado, Marco Maciel, que se negaram terminantemente o conversar com os grevistas.

## Tecelões/POA 65% de aumento

Foi vitoriosa a greve dos trabalhadores de fiação e tecelagem de Porto Ale-

gre, que durou 15 dias e contou com a adesão de 99 por cento dos 2.200 operários que compõem a categoria. Durante toda a greve, as assembleias contavam sempre com mais de 1.500 participantes, dividindo o trabalho de tal forma que centenas de trabalhadores participaram dos piquetes, comitês de arrecadação de fundo de greve e propaganda, garantindo ampla democracia no movimento, de uma categoria que há 21 anos não fazia greve.

A proposta que levou os tecelões à greve era aumento de 80 por cento, piso salarial de 4.500,00 e mais 32 itens de reivindicações específicas. Os patrões espernearam o que puderam, mas no final do julgamento do TRT, os trabalhadores conquistaram um reajuste escalonado em torno de 65 por cento, piso de Cr\$ 3.600,00 e salário normativo, anuênio, estabilidade para gestante até 60 dias após o término da licença legal, 50 por cento sobre as horas extras que ultrapassem as duas regulamentares, estabilidade para o comando de greve por 60 dias, pagamento dos dias parados e mais vários outros pontos relativos às condições de trabalho.

O que os trabalhadores ainda não conseguiram é a estabilidade para o delegado sindical mas como disse o secretário-geral dos tecelões, Otaviano Baptista, "se não conseguimos tudo o que queríamos, já mostramos o que o trabalhador quer e sabemos como conseguir".

## Sindicato Rural

### Eleições em Colatina

Três chapas concorrem às eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, no Espírito Santo, marcadas para o dia 25 de novembro. Mas a chapa quente mesmo, a que o Piquetão apoia, é a chapa dois de oposição sindical, formada a partir da própria luta dos lavradores da região. Ela defende, entre outras bandeiras, a luta por melhores condições de trabalho para o homem do campo, assistência creditícia, médica e jurídica, além de um fortalecimento da organização e união da classe.

## Jornaleiros/BH

### Boicote continua

No dia 8 de novembro, completa um mês o boicote que os proprietários de 600 bancas de jornais e revistas da Grande Belo Horizonte vem promovendo contra publicações das editoras Abril, Bloch e Riccio, com o objetivo de aumentar sua comissão de 20 por cento para 30 por cento sobre o preço de capa, como já ocorre em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entretanto para o êxito do movimento, acreditam os grevistas, será necessário que ele se estenda a outras capitais (como já é o caso de Brasília) pois segundo as próprias edito-

As greves da semana					
SETOR	LOCAL	N.º de Grevistas	Reivindicações Principais	Duração	Resultados
METALÚRGICOS	São Paulo e	280 mil operários	83% de reajuste salarial e piso de 7.200,00	De 28/10 a ...	_____
	Guarulhos	45 mil operários			
TÊXTEIS	Porto Alegre RS	2.100 operários escalonado	80% de reajuste salarial escalonado	De 17/10 a ...	65% de reajuste escalonado; piso de Cr\$ 3.600,00
TRABALHADORES DA CELPE (Cia. de Eletricidade de Pernambuco)	Recife — PE	_____	Readmissão dos membros da Comissão de Reivindicação e 91,6% de reajuste salarial escalonado.	De 30/10 a ...	_____
TRABALHADORES DA CHESF (Cia. Hidrelétrica do São Francisco)	Recife — PE	3.000 trabalhadores	Estabilidade para os membros da Comissão de Reivindicação e 6% de acréscimo por produtividade, nos salários.	De 1/11 a 4/11	Vitória em todas as reivindicações



**Sexo & Poder**  
Compre  
Na sede e  
sucursais do  
**EM TEMPO**

## Greve dos metalúrgicos

# Enfrentando a «Santa Aliança»

A paralisação de 280 mil metalúrgicos, na segunda-feira, 5 de novembro, mostrou que a categoria estava disposta a aderir a greve. No entanto ela foi impedida de continuar crescendo pelo fogo cruzado de uma Santa Aliança: da intransigência patronal, as mentiras da grande imprensa e da repressão patronal e o derrotismo dos pelegos.

Por Tom Duarte \*

**A**tônito, o repórter do Jornal da República não entendia o porquê das vaias que mais de seis mil metalúrgicos presentes à assembleia de domingo, no Cine Piratininga dirigiam não só ao seu jornal, mas a outros órgãos da grande imprensa, como a "VEJA", "Folha da Tarde", "Estado de São Paulo" e, particularmente à rede Globo (Rádio e TV) e que se repetiram em todas as reuniões e assembleias de categoria. Essa era a única resposta que eles encontravam para manifestar seu repúdio às deturpações que os jornais (principalmente em seus editoriais e manchetes, como é o caso da República) faziam ao seu movimento, minimizando-lhe a importância, publicando informações tendenciosas e grosseiramente falsificadas, ou, ainda, partindo para a delação pura e simples e o incitamento à repressão policial, como foi feito no editorial do "Estado de São Paulo", do dia 7 de outubro, quarta-feira e que justificava a segunda invasão do comando da região Sul e a prisão e ferimentos em dezenas de operários, em nome da "aplicação da lei".

Fazendo eco aos patrões — baseando-se mais nas suas versões sobre a amplitude do movimento — exigindo a intervenção policial que já custara a vida de Santo da Silva, na terça-feira, 30, calunhando, mentindo, a grande imprensa serviu zelosamente à burguesia, mais uma vez, jogando fora, definitivamente, a máscara da imparcialidade e da neutralidade que diz perseguir (não confundir-se com os jornalistas, assalariados como os metalúrgicos).

Se a grande imprensa foi uma peça preciosa na artilharia patronal, certamente o papel mais importante, mais uma vez, coube às forças policiais. Elas não precisaram aguardar a decretação de ilegalidade da greve pelo Tribunal Regional do Trabalho para agir. A invasão dos comandos, da Igreja do Socorro, as centenas de prisões e espancamentos, a morte de Santo estão aí mesmo para confirmar que, para a polícia, a legitimação legal era totalmente dispensável. Esse papel, pode ser constatado tanto por sua presença como pela sua ausência mesmo: foi só ocorrer o recuo, da quinta-feira, dia 1 de novembro, à madrugada de terça, 6, que os piquetes se formaram e tomaram as principais regiões industriais da cidade (veja matéria na página 8), elevando a paralisação a perto de 280 mil metalúrgicos, como ocorreu na segunda-feira, 5, ao mesmo tempo em que levava mais de 15 mil trabalhadores à assembleia que decidiria a continuidade do movimento, na tarde

desse mesmo dia, e outros 8 mil à missa de sétimo dia, na Catedral da Sé, logo após a assembleia.

### Ânimo havia

O que o EM TEMPO afirmava em seu último número, se confirmava. Com o recuo da repressão, esperava-se, haveria uma significativa ampliação do movimento grevista, pela simples desaparecimento da barreira que se interpunha entre decisão de decretação da greve, tirada em assembleias democráticas e representativas, e a massa dos trabalhadores. O ânimo havia, e as centenas de milhares de grevistas (até o presidente da FIESP, tardiamente, na terça-feira reconheceu que haviam alcançado mais de 70 por cento da categoria) são a prova mais concreta disso. Porque, se não houvesse essa disposição, esse desejo de aderir, não seriam alguns piquetes, por mais massivos que fossem, que iriam garantir qualquer paralisação mais significativa. A história do movimento operário está aí mesmo para confirmar à exaustão, essa verdade.

A adesão massiva ao movimento, nos momentos em que a repressão recuou, servem para mostrar aos que trabalharam incessantemente contra a greve, procurando desmobilizá-la, desaparecendo dos comandos durante a greve, espalhando o pessimismo, que o peixe que vendiam estava podre (e isso ficou mais do que claro para os trabalhadores que os impediam de continuar exercendo seus papéis de porta-vozes do derrotismo e do pelego Joaquim, que se serviu deles à vontade). Aliás, o sepultamento político da corrente que representam, é um dos saldos mais positivos dessa greve, qualquer que seja o seu resultado.

### As razões da greve

Para esses setores, a intransigência, a radicalização dos operários de Oposição Sindical foram as culpadas de tudo. Os trabalhadores diziam, tinham que dar mostras de boa vontade aos patrões (já se viu como estes estavam dispostos a fazer o mesmo). Com isso, além de tudo ajudavam a encobrir os verdadeiros responsáveis, os patrões que desde o começo provocaram a categoria, oferecendo propostas ridículas, que nem mereciam ser discutidas. Quem é que engole que 67 por cento escalonados era o máximo que poderiam dar? Qualquer um sabe que a indústria de São Paulo é a mais importante do país, a mais forte e a mais poderosa, à frente do setor metalúrgico e eletro-eletrônico,

englobado no chamado Grupo 14, da FIESP. E que explicações, então, eles podem dar para suas propostas ridículas, quando se sabe que os metalúrgicos do Rio de Janeiro, há pouco mais de um mês, conquistaram 75 por cento de aumento, e os de João Monlevade, em Minas Gerais, arrancaram um reajuste médio de 77 por cento, dois por cento de anuênio e piso salarial de Cr\$ 5.200,00 (o Grupo 14 oferece Cr\$ 4.104,00 de piso), da Belgo Mineira? Essa posição provocativa e a miséria da categoria (57 por cento dos metalúrgicos da capital ganham menos de três salários mínimos, 22 por cento ganham entre três e cinco salários e os 21 por cento acima disso foram na realidade as causas objetivas e subjetivas dessa greve.

### Os saldos

Se a intransigência dos patrões e a fome levaram à greve, a repressão impediu-a de se consolidar, não se pode deixar de considerar que esses dados são uma constante desde a greve do ABC, quando se acabou a relativa "trégua" vigente durante as paralisações de maio/junho, e na própria greve dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, no ano passado. Levá-los em consideração significa,



daqui para a frente, aprofundar ao máximo o trabalho de organização nas fábricas, única garantia de sustentação para qualquer movimento futuro. É verdade, esse trabalho vem sendo tentado há vários anos pelos operários da Oposição Sindical, que vem buscando colocar em prática sua proposta de organização de comissões de fábrica; entretanto, seu reduzido contingente numérico diante da extrema pulverização de empresas, existente no setor, e as demissões, frutos da rotatividade do emprego ou de represálias, tem provocado a desarticulação desse trabalho (veja-se por exemplo, a demissão de dezenas de operários das Comissões de Fábricas como a Massey-Ferguson e Caterpillar, depois da greve de novembro de 1978).

A adoção dessa proposta, sem dúvida, representa um fortalecimento da própria Oposição Sindical, que a patrocina e que, qualquer que seja o resultado dessa greve, conseguiu conquistar importantes posições na categoria. Promovendo a organização em comandos regionais, conduzindo as assembleias gerais, atropelou o pelego Joaquim Andrade e seus aliados, ao mesmo tempo em que, sem deixar de utilizar todos os recursos do sindicato, avançou no processo de ruptura com a estrutura sindical atrelada.

### O fim da greve

A quarta-feira amanheceu sob o fogo da repressão, a greve tendo sido declarada ilegal no dia anterior e chegando já aos seus estertores. À tarde, numa assembleia em São Paulo que não conseguiu reunir mais do que 1500 pessoas, decidiu-se no entanto a continuação da greve. Isto, apesar da posição em contrário de todas as lideranças dos comandos, com a exceção dos da Zona Oeste. Todos reconheciam que era impossível ir adiante contra a ofensiva repressiva. Contudo, a mesma posição que na greve recente dos bancários paulistas puxou a paralisação a todo custo agora, também, conseguia se impor na assembleia dos metalúrgicos de São Paulo e terminou fazendo prevalecer a continuidade.

Mas o fim da greve era claro, tanto para a maioria das lideranças como objetivamente, nas fábricas, o que terminaria se impondo também na assembleia convocada para o dia seguinte, quinta-feira.

\* Trabalharam nessa reportagem Roberto Grum, Robinson Ayres e Maria Helena Del Ciellos.

## Guarulhos

# Greve abre caminho para as comissões

Depois de um começo de muita oscilação, a greve se firmou em Guarulhos, atingindo na terça-feira, cerca de 90 por cento dos metalúrgicos. Também ali, a ação dos piquetes foi decisiva para superar as deficiências organizativas iniciais, abrindo caminho para o surgimento das comissões de fábrica.

Por Relton Fracalossi

**E**stamos sentindo agora um certo sabor de vitória", afirmou um metalúrgico de Guarulhos, na assembleia de terça-feira, dia 6, na tentativa de descrever o crescimento da greve, que se mantinha desde domingo, dia 28, e que se alastrava de forma surpreendente. Sem dúvida, era uma frase carregada de otimismo — uma vez que muitas etapas ainda deverão ser vencidas para se chegar à vitória — mas não deixa de expressar o significado do avanço ocorrido na greve dos metalúrgicos de Guarulhos, a partir do início da semana.

Apesar de momentos de oscilação, onde a paralisação chegou a atingir apenas 60% da categoria — composta de 50 mil metalúrgicos —, a greve ganhou nova força e na terça-feira tinha a adesão de 90% dos trabalhadores. Muitas empresas que estavam paralisadas no início da greve, e cuja paralisação parecia assegurada, voltavam a atividade, ao mesmo tempo que outras empresas, que a princípio pareciam impossíveis de serem paralisadas, viam seus empregados aderirem ao movimento.

As deficiências na organização e a impossibilidade de atuação dos piquetes — causada pela presença de contingentes policiais e tropas de choque, que nos primeiros dias de greve chegaram a prender mais de 100 grevistas — foram os principais fatores que provocaram esse retorno ao trabalho. Porém, o que não era esperado era a adesão dos trabalhadores de algumas empresas, tais como a Philco e a Mannesmann.

De qualquer forma, mesmo nos piores momentos conseguiu-se a manutenção de um índice de 60% de trabalhadores em greve.

### Crescem os piquetes

Apesar dos altos e baixos, a participação nas assembleias manteve-se constante, com a presença de mais de dois mil metalúrgicos, crescendo a partir do último domingo, dia 4, e chegando na terça-feira, dia 6, a 2.500 participantes. Na segunda-feira, após a assembleia — aproveitando um certo abrandamento da repressão — quase dois mil metalúrgicos saíram em um piquete-monstro, percorrendo a avenida Monteiro Lobato e tentando, com sucesso, paralisar as empresas ali localizadas.

Mas, o objetivo principal do piquete eram as empresas Mannesmann e Asea, que desde o início continuavam a funcionar normalmente. Viaturas da PM e uma tropa de choque estiveram no local e tentaram dispersar os piqueteiros, agredindo alguns, mas sem recorrerem a violências maiores, nem a prisões. Finalmente, o piquete acantonou-se nos portões da Asea e a polícia acabou abandonando o local. Já era noite quando o piquete conseguiu a adesão dos trabalhadores daquela empresa e, em seguida, da Mannesmann. Naquele mesmo dia, pela manhã, já havia ocorrido um piquete, de menor proporção, que, iniciado com 100 integrantes, terminaria com mais de 500.

Estimulados por esses resultados, no dia seguinte, terça-feira, logo pela manhã, um novo

piquete — formado por mais de 1500 pessoas — percorreu outro setor da cidade, tentando paralisar as empresas Phillips, Cindomel, VDO, Flexoform e Microlite, e conseguindo bons resultados, inclusive com a paralisação total da Phillips e da Microlite. Além disso, os trabalhadores da Philco pararam sem a necessidade de piquetes e fizeram uma passeata no interior da empresa, com cerca de 1200 participantes, na quase totalidade mulheres.

### Dispostos a avançar

Parar empresas como a Mannesmann, a Asea, a Phillips e a Philco representava mais um desafio vencido pela greve. Contudo, os problemas ainda eram muitos. Na terça-feira a repressão estava mais ostensiva, agredindo inclusive alguns piqueteiros, e parecia recrudescer novamente, como ocorria em São Paulo. Além disso, algumas empresas como a Rio Negro e a Hatsuda permaneciam como pontos ainda não atingidos, nem mesmo parcialmente, pela greve. Existiam ainda problemas como a ameaça, cada vez mais próxima, de intervenção no sindicato e as deficiências do Fundo de Greve, que continuava com uma arrecadação bastante fraca.

Apesar de todos esses problemas, aos quais deve-se ainda acrescentar o principal, que é a instabilidade da adesão em algumas empresas, onde os trabalhadores de um turno paralisam totalmente suas atividades, mas os do turno seguinte comparecem normalmente ao trabalho,

os metalúrgicos de Guarulhos estão dispostos a avançar. Segundo um membro da Comissão de Greve, o movimento atingiu um ponto que "só se pode admitir o fim da greve pelo menos com uma vitória parcial da categoria". De fato, alguns avanços dados pelo movimento dificilmente sofrerão retrocesso, seja qual for o resultado final dessa greve.

### Novos caminhos

Os metalúrgicos de Guarulhos lançaram-se nesse movimento com uma organização precária dentro das fábricas, o que exigiu uma participação bastante ativa dos piquetes. Isso, aliás, é a principal causa da oscilação do número de trabalhadores em greve e das incertezas quanto à vitória. Porém, agora, com a participação, nas assembleias da categoria, de trabalhadores de quase todas as empresas — mesmo daquelas que sofreram paralisação parcial —, abre-se caminho para a formação de Comissões de Fábrica integradas pelos trabalhadores que são hoje a linha de frente do movimento grevista. Esse avanço, se for consolidado, a médio prazo representará uma vitória bem maior que 1 ou 2% a mais de aumento nos salários.

De acordo com a previsão do Comando de Greve, a paralisação está garantida até domingo, dia 11, quando espera-se um comparecimento maciço dos trabalhadores à assembleia e quando serão decididos os rumos do movimento.

# O piquete chegou às fábricas: todos pararam

Acuada, a repressão recuou na quinta feira. Então, o piquete que começou pequeno, rapidamente se transformou em Piqueteão, levando à greve às fábricas da zona Sul de São Paulo, dando um novo alento à mobilização dos metalúrgicos.

Por Antonina Silveira

São pouco mais de 4 horas da manhã de quinta-feira. Os piqueteiros começam a chegar na Capela do Socorro, na zona Sul, para enfrentar o que seria talvez o dia mais importante da greve, que até então sofrera sérios reveses. Quando o grupo soma uns 30 metalúrgicos, saem, com os panfletos na mão em direção à Walita, para convencerem os companheiros a não entrarem na fábrica. Das 6 às 7 horas o piquete cresce com a adesão do pessoal da fábrica e com a chegada de outros metalúrgicos. Deixam passar o pessoal da limpeza e segurança, não mais de 15 pessoas.

Divididos em três grupos, controlam os três portões. A maioria de mãos dadas, formando um cordão, concentra-se no portão principal. Informam da greve e convidam a aderirem ao piquete. Inicialmente, o pessoal da Walita fica pelos cantos de um pouco calado, mas aos poucos começa a participar.

As 7 horas a Walita está totalmente paralisada, o piquete engrossado, divide-se e dirige-se para a Caterpillar e Capelinha (local de aglomeração de várias fábricas), nas imediações da Avenida Nações Unidas.

A missão dos piquetes era ainda a de impedir que o pessoal entrasse, tarefa relativamente fácil dado a adesão quase imediata da grande maioria dos metalúrgicos. Alguns, inclusive, saudavam os piqueteiros gritando, "estavamos aguardando vocês". Alguns, temerosos ou revoltados com a traição da diretoria do sindicato, na greve do ano passado, aderiram um tanto a contra-gosto. "Não adianta nada no final o Joaquim trai sempre", diziam eles.

Quase 8 horas da manhã, um piquete com mais de 300 pessoas em frente a Caterpillar, considerada difícil de parar, gritava, cantava e viajava os possíveis fura-greves. Em frente ao portão o cordão garantia o bloqueio. Ansiosos, os patrões e diretores, na sua maioria americanos, falando inglês e recusando-se a dar qualquer informação à imprensa, dado que "são filiados à FIESP", olhavam ansiosos ao longo da avenida, à espera da polícia que não aparecia.

O piquete crescia, agora mais de 600 operários caminhavam pela avenida Nações Unidas parando as fábricas que encontravam pela frente. Assumia já ares de Piqueteão, como ficaria conhecido depois. A essa altura, os operários já haviam entrado e tratava-se de retirá-los do interior das fábricas. As 9 horas da manhã, dois piquetes de aproximadamente 1.000 operários cada um, conclamavam os companheiros no interior das fábricas Villares e Amortex à greve. Membros do comando tentavam um diálogo com o gerente ou responsável. Esse mecanismo, que se repetiu em muitas fábricas teve as mais diferentes respostas. Por vezes, a direção concordava imediatamente e os operários eram logo liberados, saindo sob aplausos e abraços dos companheiros. Em outros havia recusa total, como foi o caso da Amortex, quando os piqueteiros

decidiram balançar o portão para mostrar aos patrões seu potencial de força. Entretanto, o portão não apenas balançou como foi-se ao chão o que exigiu energia do comando na contenção de mais de 1000 metalúrgicos que, entusiasmados com a "abertura" queriam invadir a fábrica. Após muitas gestões, finalmente, os operários são liberados. Em compensação a fábrica em frente, sem esperar pelo comando de greve, abre os portões, liberando seu pessoal.

A Furim dispensa os empregados só com a notícia de que o Piqueteão estava circulando. A direção da Metalynes ao pressentir a chegada do Piqueteão, manda parar as máquinas e informa ao comando que não havia ninguém trabalhando. Descobertos, e frente à insistência dos piqueteiros, acabam por permitir a saída do pessoal, mas retém ainda a metade.

Se em algumas fábricas a adesão era imediata, em outras o diálogo era impossível, como em uma pequena fábrica de 300 operários onde um polido senhor falando, exigia que os "senhores" do comando e os "senhores" do piquete se identificassem.

Em 11 horas quando os dois piquetes se encontram. Mais de 3.000 metalúrgicos na avenida, o tal forte e o pessoal andando, falando, cantando, discutindo, desde as 5 horas. Fome e sede no Piqueteão. Começam a chegar os lanches que o pessoal do apoio preparou: sanduiche de mortadela, de presunto, de queijo, Q-Suco, Leite e Bananas completavam a dieta dos piqueteiros.

O sindicato havia se omitido totalmente e os fundos para alimentação do pessoal foram obtidos com entidades e sindicatos como a Frente Nacional do Trabalho, o Sindicato dos Químicos, o Comitê de Solidariedade à Greve, bem como os fundos arrecadados com a rifa promovida pela Oposição Sindical.

Por volta das 16 horas, toda a avenida parada, o pessoal exausto, porém eufórico, finalmente encontra-se. A essa altura somam quase 7.000 operários que se dirigem-se para o Largo 13. Entretanto, o cansaço e a garoa fina que começa a cair dispersa a maior parte dos piqueteiros. O pessoal da linha de frente, uns 600, ainda enfrenta uma assembleia de avaliação e organização das atividades para os feriados.

Com quase total adesão dos trabalhadores da região sul — calcula-se que uns 100 mil trabalhadores paralisaram suas atividades — a greve cresceu na quinta-feira. A sul, a mais importante, fora também a mais duramente reprimida. Foi no portão de uma de suas fábricas, a Sylvânia, que o operário Santo Dias da Silva morreu. Por isso, esperavam todos, a continuidade do movimento dependeria do que ocorresse naquele dia. O Piqueteão foi o instrumento decisivo para que um novo sopro de vida, um novo alento fosse dado, por mais alguns dias, à mobilização que, finalmente, transformou-se em greve geral.

## Historietas do Piquete

Uma menina veio com mais outra para a Igreja da Penha. As duas tinham parado. Amedrontadas — só as duas pararam.

Olha, precisa levar o piquete lá pra minha firma pra parar o resto.

— E quantos funcionários tem na sua firma?

Ah, uns deztoito. Impossível demovê-la. O jeito foi permitir que juntasse uma turminha e fosse até lá. Meia-hora depois, o piquetinho tinha parado quatro firminhas no caminho e a menina, de dedo em riste no nariz de seu chefe, ameaçava-o diante dos deztoito colegas em greve "Fala agora que o sr. vai me bater, fala!"

— Já faz dias que tou longe da família, aqui de prontidão. Como é: cês não vão dar folga pra nós? — Por mim, seu guarda, pode ir pra casa, não precisa de prontidão nem nada. A gente tá só aqui batalhando pelo nosso direito, por um salário melhor.

— E, mas cê já imaginou se todos os que querem salários melhor fizessem isso? Nós também precisamos de um salário melhor!

— Então deviam fazer greve, seu guarda.

— E como é que fica a segurança de vocês? A moça não respondeu. Mas pensou baixinho que estaria mais segura sem polícia por perto. Impressiono que os fatos subsequentes confirmaram.

O piquete já reunia mais de 500 pessoas, na manhã de segunda-feira, na Lapa. Eram 10 horas da manhã, o sol a pino queimava os Piqueteiros que esperavam pacientemente a saída dos operários do Coronado. De repente, um carro tenta entrar pelo portão principal. Cercado pelos grevistas, o motorista insiste em entrar. E então que um piqueteiro, um crioulo jovem, diz a frase definitiva, que o faz desistir:

— "Que é isso meu, quer dar uma de "bom"? Hoje, os bons aqui somos nós". (Raquel Moreno)

# PM depreda Igreja, espanca e prende metalúrgicos

Prisões, espancamentos, provocações e ameaças. Desta vez, num ato de vandalismo inédito, os policiais não respeitaram nem mesmo a Igreja. A capela do Socorro, na zona Sul de São Paulo, foi invadida. A bico de coturno, golpes de cacetetes e bombas de gás, os policiais quebraram vidros, altar e santos, feriram operários e padres.

Maria Helena Del Ciellos

A violência policial contra greve dos metalúrgicos de São Paulo — amenizada nos cinco dias que se sucederam à morte de Santo Dias — voltou, ainda mais forte, na última terça-feira. Os gritos dos policiais na porta de Veeder Rooth na Zona Oeste — "ontem foi o dia do Santo, hoje é o nosso santo dia" ou "no cemitério do Campo Limpo ainda tem espaço, vocês podem ter um enterro bonito" — deixavam claro que eles não estavam lá, ao contrário do que afirmava a versão oficial, para "proteger os que quisessem trabalhar". Também não se limitaram aos insultos e ameaças, mas partiram para a agressão, física aos membros do piquete.

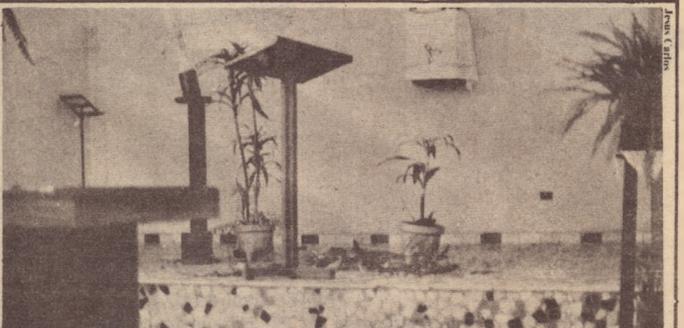
Na segunda-feira à noite, após a missa de sétimo dia de Santo, quatrocentos operários do setor Oeste, reunidos na sede do comando regional, na Igreja N. S. da Lapa, organizaram os piquetes para madrugada seguinte. Às quatro e meia da manhã já havia gente se dirigindo para a avenida Mofarrej e para a frente da Veeder Rooth. Pouco depois das sete horas, quando mais de duzentos operários estavam concentrados na porta desta empresa, teve início a repressão policial. Com cacetadas

e pontapés, obrigaram o piquete a se afastar do portão principal. Na avenida Mofarrej, a atuação da polícia causou ferimentos graves em duas moças (uma delas teve a perna quebrada). Em frente à Metalúrgica Guarany, quatro pessoas foram presas. E, na porta de outras fábricas do setor Oeste (como a Santa Marina, Jaguaré, Siemens, Anastácio, Sofunge, Deca, Fresimbra e Motorádio), a repressão também foi bastante violenta. Na Stevenson (setor Sudeste) dez operários foram presos e levados para o DOPS e, na zona Leste, foram realizadas dezessete prisões, incluindo três membros do comando de greve.

Os fatos mais graves, entretanto, ocorreram no largo do Socorro, em Santo Amaro (setor Sul). Antes das sete horas da manhã já havia piquetes nas ruas, tentando conseguir a adesão dos operários que seguia para as fábricas. Quando as tropas de choque da polícia militar chegaram, lançando bombas, os operários procuraram abrigo dentro da capela do Socorro, onde funciona o comando regional. Mas a polícia atirou várias bombas de gás lacrimogênio, quebrou vidros, e

arrombou a porta, e entrou quebrando tudo, inclusive o altar. Os padres Raimundo e Pedro e a advogada Gilda Graziano, que se encontravam no andar superior, foram também espancados. Um metalúrgico teve um dedo da mão direita arrancado ao tentar devolver uma bomba de gás lacrimogênio. A bomba explodiu, perto de seu ouvido, antes que ele pudesse arremessá-la de volta na direção dos policiais. Meio surdo, correndo, ele conseguiu escapar ao cerco policial e foi levado por seus companheiros a um hospital. Até um operário desempregado, que estava levando seus documentos para ser contratado por uma empresa das proximidades, foi espancado. Ele viu a movimentação policial, entrou na Igreja para se proteger e saiu de lá com um grave ferimento na cabeça. Para sair da Igreja, todos eram obrigados a passar por um corredor polonês formado pelos policiais e espancados a golpes de cacetete. À noite, o cheiro de gás ainda era insuportável dentro da Igreja.

Os bispos da Arquidiocese de São Paulo protestaram, em nota conjunta divulgada pela Cúria Metropolitana, contra a escalada da repressão aos operários em greve.



A Igreja do Socorro depredada



Policiais atiram nos piquetes

## A lei que a ditadura aplica

O Tribunal Regional do Trabalho decretou, por unanimidade, a ilegalidade da greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos. Os operários ficam, assim, "sujeitos às penas da lei, inclusive demissão por justa causa". Mas que lei é esta?

Luiz Flávio Rainho

Intervenção em Sindicatos, prisões, enquadramento de dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional, enfim, enquanto a escalada repressiva sobre a classe trabalhadora tem continuidade, feita agora sob o manto da propalada "abertura", o Ministro do Trabalho, hipocritamente, a cada uma dessas violências, vem a público para dizer: "Estamos cumprindo a Lei..." ou "O Governo só aplicou a Lei".

Mas, que Lei é essa? Ora, é preciso compreendê-la, para ficar bem claro que dentro da Lei, é praticamente impossível realizar greve no Brasil.

Embora esse direito esteja assegurado na Constituição, a Lei 4330 que, a partir de junho de 1964, passou a regulamentá-la, tornou a greve muito pouco provável, se realizada em obediência à legislação.

A paralisação, por aumento de salário, passou a ser considerada ilegal por força da política salarial do Governo, uma vez que a legalidade está dependente das "condições normativas da Justiça do Trabalho". Por sua vez, a Justiça do Trabalho está obrigada a cingir-se aos reajustes salariais, que são decretados pela Presidência da República, segundo as Leis 4725/65 e 6/147/74 e o Decreto-Lei 15/66. A greve por reivindicações políticas está expressamente proibida, já que é considerada ilegal "se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessam, direta e legitimamente, à categoria profissional".

Paralisações por melhores condições de trabalho ou por qualquer outra reivindicação, dificilmente poderão ser deflagradas obedecendo os preceitos legais. A Lei 4330 exige que a ata da assembleia da convocação da greve seja enviada ao diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou delegado Regional do Trabalho e que, a data de deflagração seja marcada com 5 dias de antecedência nas atividades acessórias e com 10 (dez) dias nas "atividades fundamentais". Nesses 5 (cinco) ou 10 (dez) dias de interregno, a Justiça do Trabalho pode convocar as partes à conciliação, como se fosse um processo de dissídio. Se não houver acordo, a questão é julgada e a decisão dos juízes é definitiva.

Os trabalhadores, então, não poderão persistir em suas reivindicações com a deflagração da greve, porque ela é considerada ilegal "se tiver por objeto reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho, em decisão definitiva, há menos de 1 ano".

Além desses dispositivos, a Constituição proíbe a greve nos serviços públicos e atividades essenciais definidas em Lei. Por sua vez, a Lei 4330 considera atividades fundamentais os serviços de utilidade pública e industriais básicas ou essenciais à defesa nacional, cuja definição ficou a critério do

Presidente da República. Assim, mesmo, se uma greve for deflagrada, pela Lei 4330, ela cessará por decisão adotada pela Justiça do Trabalho.

Revogada, na prática, pelos operários, a partir da greve dos metalúrgicos do Grande ABC paulista em maio/junho de 1978, o Governo viu-se na contingência de proceder alterações à Lei 4330. Essas vieram através do Decreto-Lei 1632, de 04 de agosto de 1978. Através deste, foi feita uma "redefinição" com relação às atividades essenciais — proibidas de greve pela Lei 4330: Serviço funerário, hotéis e comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade foram atividades desclassificadas pelo novo ato, que, em seu lugar, incluiu outros dois: bancos e ambulatórios.

Continuam proibidos de fazer greve os serviços de água e esgotos; energia elétrica; petróleo; gás e outros combustíveis; transportes; comunicações; carga e descarga; hospitais; maternidades; farmácias e drogarias. O Decreto-Lei alterou, também, as penalidades previstas: o enquadramento na Lei de Segurança Nacional foi substituído pela Consolidação das Leis do Trabalho, num processo gradual que compreende advertência, suspensão de até 30 (trinta) dias e demissão por justa causa.

Ora, tal Decreto, por não conter mais, em primeira instância, o enquadramento na Lei de Segurança Nacional (embora, continue a prevê-lo, se o grevista pode ser enquadrado na Lei, após ser demitido da empresa) e por facilitar a graduação das penalidades, pareceu erroneamente a alguns, por ocasião de sua sanção, mais brando e até com penas mais leves.

No entanto, conforme os acontecimentos atuais demonstram, pelo contrário, ele facilita a punição, que passa — inclusive — a dar-se à vontade das empresas que podem punir sem maiores justificativas. Para exemplificar, basta dizer que até as "greves-tartaruga" que anteriormente não podiam ser reprimidas sem contestação legal passam a sê-lo através do Artigo 2º do Decreto-Lei. Em outras palavras, conforme disse na ocasião Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre, recentemente posto sob intervenção e que, na atualidade, encontra-se preso, "a nova legislação procura tapar os buracos deixados na Lei 4330, do ponto-de-vista do Estado" e, por isso, "caracterizando-se como sendo mais um retrocesso cometido contra o trabalhador, e nome da anunciada abertura", como disse, também à época, Luís Inácio da Silva (Lula).

Enfim, essa é, então, a Lei que o Sr. Ministro, diz estar "cumprindo" ou "aplicando"...

## O piquete e a democracia

Por Eder Sader

Cosas que acontecem quando 4000 operários tentam parar 350000 a morte, vários feridos, uma greve fracassada e o fim de um ciclo".

Foi com esse cinismo e "imparcialidade" que a "Veja" iniciou sua matéria sobre a greve dos metalúrgicos de S. paulo: são os próprios operários os responsáveis pelos feridos e pelo morto, num movimento que a revista não hesitou em decretar a derrota no 6.º dia embora hoje, 4.ª feira, ele entra no seu 10.º dia. O argumento forte é dado pelo Joaquim: "Quando a greve só sai à base de piquete, é o caso da gente pensar se ela não está errada".

Mas afinal, qual é a função dos piquetes?

### A greve dos braços cruzados

Em maio do anopassado estouraram as greves sem piquete, de "braços cruzados em frente às máquinas paradas": o trabalhador entra, pica o cartão vai pro seu posto e cruza os braços. Os patrões ficaram loucos: onde estavam os cabeças? Como reprimir? Como dividir? Quem despedir? Como negociar?

Aquelas greves foram sem piquete porque não dava pra ter piquete. Naquele tempo, bastava o rumor de greve pra aumentar a vigilância e ser difícil conversar na fábrica. Quantas e quantas vezes, quando os mais experientes, os "cabeças", começavam a organizar uma resistência, vinham as despedidas e as vezes as prisões? Foi um período de várias pequenas lutas, operação tartaruga, paradas rápidas por seção, um lento e difícil trabalho de esclarecimento, mil vezes recomçado devido à repressão. Foi desse longo aprendizado que surgiram aquelas greves sem piquete de maio do ano passado.

### A resposta dos patrões

Passado o susto, os patrões aplicaram sua lei: milhares postos na rua, centenas nas listas negras.

Com isso buscaram de um lado "descabeçar" a resistência lentamente organizada em cada empresa, de outro, através da rotação da mão-de-obra, anular os reajustes que foram obrigados a conceder. Na atual conjuntura não podem usar a mesma repressão dos anos do "milagre". Mas querem desmoralizar o movimento operário com os meios que tiveram.

Diante de uma inflação desbragada, os trabalhadores que suportaram o peso do milagre são agora obrigados a pagar seus custos. São levados a uma resistência multiplicada para que aquilo que conseguiram em termos de unidade e de auto-confiança não se perca pela desmoralização, pela humilhação imposta pelas classes dominantes.

### Condenados a unidade

Levados à luta, os operários são condenados à unidade. É como se estivessem algemados e tivessem

que sair de uma correnteza: se alguns puxam para o outro lado, todos podem estar perdidos.

E na verdade, toda ação dos militantes operários é individualismo, de arrivismo que os patrões e esta sociedade procuram incutir em todos nós. Diante da miséria e da exploração, o que fazem a propaganda da TV, a educação nas escolas, o serviço pessoal das empresas, senão dar a idéia que se alguém se esforça por sua conta, aumenta a produção, busca os seus interesses, pode melhorar de posição? Os outros vão continuar pensando, mas ele será um dos felizardos que passarão a partilhar das regalias das classes dominantes. Enquanto houverem muitos trabalhadores que procurem escapar da miséria por esse caminho, as condições da classe trabalhadora serão difíceis, porque alguns subirão às custas dos outros.

A unidade da classe é um longo e difícil processo que começa com a solidariedade espontânea e enfrenta cada uma das investidas dos patrões, a continuada propaganda da burguesia, todos os chamados à divisão e à concorrência entre os operários.

### Por que os piquetes?

Chama-se piquete um agrupamento de grevistas que vai à porta das fábricas para tentar pará-las. Existem vários tipos de piquetes, conforme as condições e o momento. As vezes os piquetes se dirigem diretamente às chefias das empresas para forçá-las a parar: às vezes se dirigem aos fura-greves para impedi-los que entrem; às vezes — na maior parte — vão convencer e coagir moralmente os que ainda não aderiram. É claro que o melhor seria se as greves não dependessem dessa ação. Isso significa que elas teriam assegurado a adesão da grande maioria antes da própria deflagração do movimento.

Quando esses jornalistas bem-pensantes pontificam sobre o "fracasso" de um movimento cuja deflagração não foi decidida pela grande maioria eles só revelam a ignorância das condições da vida e trabalho dessas grandes maiorias. Dêem-lhes condições pra trocar experiências. Dêem-lhes condições para decidir o que devem fazer. Mas o que estou falando? Eles não têm nem tempo. E os que enfrentam noites de sono e sacrifícios as horas que lhes restam, sabem que desafiam demais a vigilância dos patrões, da polícia e de toda esta sociedade que até hoje não lhes reconhecem os direitos mínimos.

### Organizar pela base

É claro que quanto mais amadurecido um movimento, menor peso terão os piquetes. Mas quem pode imaginar que hajam sempre condições de poder dispensá-los, quando sabemos como agem os patrões e todos os seus agentes? A começar pelas mentiras descaradas da grande imprensa.



Piquetes de milhares...



...paravam outros tantos milhares.



## Maniqueísmo e repressão

No Festival de Cinema, em São Paulo, venceu um filme que denuncia a burocratização do PC húngaro, depois da Segunda Guerra. Mas parece o roto falando do descosido.

A Doutrinação de Vera  
— Dir. Pal Gabor —  
Hungria 1979

Memórias do Subdesenvolvimento  
— Dir. Tomas Gutierrez  
Cuba 1968

Surpreendentemente público e crítica foram unânimes em eleger "A Doutrinação de Vera" como o melhor filme desta 3ª Mostra Internacional de Cinema promovida pelo Museu de Arte de São Paulo. Os críticos, seguindo os colegas europeus, ratificaram os prêmios já recebidos pela fita em Cannes e S. Sebastian, mas o que causou estranheza foi o veredito do público. O que seduziu tanto os espectadores em **A Doutrinação**?

O cinema húngaro é pouquíssimo conhecido aqui no Brasil, pois os exibidores não costumam arriscar em produtos de rentabilidade duvidosa. Assim, quem conhece algum filme de Miklos Jancso? E Miklos ocupa um

lugar importante no cinema mundial, realizando um cinema calcado em concepções artísticas libertárias, não se limitando a um estreito compromisso com a transmissão de um conteúdo político explícito. O importante é ressaltar que toda a diversificada produção húngara é feita sob a tutela do Estado.

Este **A Doutrinação** também foi produzido pela empresa estatal Hungaro Film e constitui um virulento ataque à burocratização do Partido Comunista da Hungria. Até aí nada mais constataríamos que a saudável crítica à herança estalinista legada aos PC's de linha soviética. Mas como Pal Gabor constrói esta denúncia? Que elementos nos fornece para uma reflexão sobre a burocracia do Partido?

O filme se desenrola no período de pós 2ª guerra (1948) e descreve o processo de doutrinação de uma jovem enfermeira inocente politicamente, que é triturada pela máquina autoritária do PC húngaro. Pal Gabor no entanto é de um simplismo e esquematismo capaz de

fazer corar o mais ferrenho anti-estalinista. Os personagens são grosseiramente divididos entre os bons/inocentes e os maus/politicamente manipuladores. Vera cataliza um bombardeamento de influências, saindo vitoriosa a tendência repressiva e autoritária. Não se assume uma visão de superação, de contraposição de corte comunista ao domínio da cúpula totalitária, mas apenas procura mostrar como uma personalidade é moldada em todos seus aspectos (com forte acento no afetivo) pelo Partido. O ambiente do filme constitui um hodiendo inferno (tudo reforçado pelas angulações, iluminação e música) onde as pessoas se movem com medo, hesitantes diante da manipulação política. Só timidamente o professor de Vera se declara comunista e contesta a situação constrangedora criada numa assembléia de "auto-crítica". O diretor está mais preocupado em agarrar as pessoas pelo estômago, ao invés de procurar pensar nas causas e condições históricas que conduziram àquela situação. O especta-

dor sai da sala aniquilado, refletindo: que horror! é a prática de um Partido Comunista! Talvez até mesmo Soljenitsin esteja com a razão...

**A Doutrinação** nos conduz a pensar em outro filme político apresentado na "mostra informativa": o cubano **Memórias do Subdesenvolvimento**. Aqui a situação é sensivelmente diversa: através das indagações e perplexidades de um burguês que opta por não abandonar o país, se constrói um rico e esclarecedor painel do processo revolucionário cubano. Mesclando o documental com ficção, Alea realiza uma filme primoroso, não panfletário, captando as nuances e dificuldades da revolução, e sintetizando isto através da trajetória de um personagem que caminha como um zumbi pela Havana em transformação, procurando saídas, em busca do entendimento. Ao contrário do monolitismo de **A Doutrinação**, o filme de Alea é aberto, possibilita um vasto campo de significações, nos permite pensar.

(José Mario Ortiz Ramos)

## Religião negra e sociedade industrial

Resenha de A morte branca do feiticeiro negro, de Renato Ortiz (Rio, Vozes, 1978). Em discussão, os contatos e atritos do misticismo na sociedade industrial.

Olgária Matos

"A religião é a teoria geral deste mundo, seu compendium enciclopédico, sua lógica em uma forma popular, seu ponto de honra espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e justificação... (...) A primeira tarefa da Filosofia que está a serviço da História consiste, uma vez desmascarada a imagem santa que representava a renúncia do homem a ele mesmo, em desmascarar esta renúncia sob suas formas profanas. A crítica do céu transforma-se, assim, em crítica: da terra, a crítica da religião em crítica do direito, a crítica da teologia em crítica da política." (Marx).

O lançamento de **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**, de Renato Ortiz, vem contribuir para a ampliação do conhecimento do sistema religioso umbandista e simultaneamente abre novas perspectivas para abordagens ulteriores desta prática religiosa.

O livro procura desbastar o terreno sobre o qual se edifica a religião umbandista no processo de desagregação do universo mítico afro-brasileiro, da medida em que a umbanda acompanha, de certa forma, o movimento de urbanização e industrialização da sociedade brasileira. Nas palavras do autor: "é sobretudo a dominação simbólica do branco que acarretará o desaparecimento ou a metamorfose dos valores tradicionais negros; eles tornam-se caducos, inadequados a uma sociedade moderna".

### O preto e o negro

Este trabalho vai lançando as bases de compreensão da gênese da religião umbanda oferecendo uma distinção entre as noções do "preto" e do "negro" inscritas no interior de uma cultura branca. Vemos, pois, de que forma o **empregamento** do branco diz respeito tão somente à cor enquanto que o **enegrecimento** se refere à "essência negra": "ao que o africano traz de característico de uma África pré-colonial".

O esfalecimento da memória coletiva negra em um mundo de dominação de brancos, deixa o flanco exposto à penetração do catolicismo no mundo negro, o que transparece na presença de altares, imagens de santos e cânticos "que tendem a substituir a música ritmada pelos atabaques". Também é mostrado de que maneira a desagregação das tradições mágico-religiosas afro-brasileiras corresponde uma contrapartida de resistência, segundo o autor, encarnada pelo candomblé: "dois caminhos se abrem, pois, à gente de cor: o retorno à tradição, o que implica no enquistamento dos candomblés, ou a integração na sociedade, o que

leva, senão à renúncia de tradição, ao menos à reinterpretção desta segundo novos valores sociais (...) segundo o novo código fornecido pela sociedade urbana e industrial".

O estudo se desenvolve na trilha de Roger Bastide, apesar de o autor reformular algumas questões, em particular quando Bastide afirma ser a umbanda uma "religião proletária" em oposição ao kardecismo "espiritismo de classe média"; para o autor, não pode ser desconsiderado o que alguns denominaram de "umbanda para ricos", cujos adeptos são médicos, advogados, industriais, etc. É que a religião umbandista realiza um sincretismo, cultuando espíritos que se presentificam no transe dos adeptos, mediação necessária entre o "mundo sagrado dos deuses e o profano dos homens".

Há um elenco de "forças" que constituem o culto umbandista e nas quais floresce o sincretismo: o caboclo (espírito de nossos antepassados indígenas - representa a força), os preto-velhos (representam o espírito dos antigos escravos que, pela humildade, participam da "Lei da umbanda"), a criança, que alude à inocência.

No nível do corpo da doutrina, estes elementos se fundem com noções advindas do espiritismo francês de Allan Kardec, de onde toda uma hierarquia dos espíritos os "mais iluminados" aos mais toscos. O autor mostra ainda como se circunscreve a idéia de Deus no universo umbandista: a religião é monoteísta e Deus pode receber diversas denominações: Olorum, Zumbi ou mesmo Deus, como entre os católicos. E diz Renato Ortiz: "conservando os estereótipos que informam a possessão, a Umbanda se situa a meio caminho entre os cultos afro-brasileiros e o espiritismo".

De especial interesse é a maneira pela qual o autor indica a encarnação da sociedade de classes no interior do cosmo religioso. Com efeito, à mobilidade social corresponderia a "ascensão espiritual". Esta seria um elo importante para a adequação do indivíduo à situação urbano-industrial, já que na sociedade da ordem escravocrata o negro possuía poucos meios de mobilidade social - de onde seu isolamento em práticas mágicas herdadas da África.

Neste sentido, o que a umbanda convencionou tratar por "quimbanda" seriam os remanescentes

das antigas tradições africanas - o que para o umbandista significa a permanência no "Baixo espiritismo" e na "magia negra". Todos os impulsos que a Umbanda considera sórdidos e indignos encontram sua liberação, segundo o autor, para além deste domínio, no campo da quimbanda que nada mais é senão "a macumba vista através do olho moralizador dos umbandistas. (...) Enquanto a umbanda significa a integração na sociedade brasileira, a macumba denota a marginalidade no seio desta mesma sociedade. Não é por acaso que ela floresce, sobretudo no Rio de Janeiro, junto às favelas cariocas.

"A incivilidade da macumba é pontuada no sacrifício de animais (onde o sangue derramado medeia o sagrado e o profano), nas oferendas, etc.

O autor mostra que na verdade a "caridade da umbanda" - a exclusão dos gastos requeridos pelo candomblé ou pela macumba - representa, mais uma vez, a integração a novas condições de existência: o preço dos animais torna-se muito alto, posto que no mundo urbano não há possibilidade de criá-los no fundo de quintal como no meio rural. A "gratuidade" da umbanda se faz contemporânea a uma "vontade do embranquecimento": é recusa do incivilizado que não tem mais lugar no "mundo culto" do branco.

### Os exús e Santo Antonio

Porém, segundo o autor, o banimento do mundo negro não poderia ser total; sua continuidade se insinua no sincretismo - cuja explicitação aponta para a necessidade, que permanece em aberto, de se escavar as raízes da dimensão simbólica das figuras religiosas tanto no catolicismo quanto no culto africano. Enquanto os espíritos de luz representam a ordem social, os exús (cujo tonus é eminentemente sexual) entregues a si mesmos podem ameaçar a ordem existente, por isto devem ser disciplinados e vigiados. Santo Antônio, por seu caráter mediador (segundo Renato Ortiz, por ser representado vencendo tendências demoníacas, emergindo das chamas) é justamente aquele que se ocupa da manutenção da ordem social, da reprodução das relações capitalistas de produção", afirma categoricamente o autor.

O embranquecimento aparece ainda, de maneira pretensamente civilizada, quando o teórico umbandista se apropria da gramática histórica na busca

das origens da palavra umbanda - que segundo algumas correntes se encontraria no sânscrito (quando sua absorção pelos negros africanos já um sinal de usurpação e aviltamento). Para outras, as origens estariam na África - porém uma África berço da humanidade. Nestas duas vententes, a vontade de embranquecimento se encontra no desejo da erudição: os banhos hindus que se banham no Ganges ou os essênios na Síria".

Deste ponto de vista, o ritual, a gestualidade e os mitos do cosmo africano vão se diluindo com a introdução da linguagem escrita - com o mundo cultivado do branco, que vê no candomblé o analfabetismo e a ignorância. O candomblé continua a existir, segundo Renato Ortiz na forma de "enquistamento", como "resistência cultural", ao contrário do que ocorre com a umbanda. Neste momento, caberia perguntar se a sobrevivência do candomblé se dá como "corpo estranho", ou até que ponto possui suas "leis internas" que de alguma forma garantem sua interação com o conjunto da sociedade - apesar de ser mais demorada sua vulnerabilidade com relação à sociedade global.

Em um mundo de índole tecnocrática, onde a própria alienação é planificada, a "tecnologia do espírito" se expressa também no universo religioso. Diz o autor: "enquanto nos cultos afro-brasileiros a hierarquia religiosa e as relações entre os homens reproduzem a tradição do mundo mítico, na umbanda vemos aparecer uma nova ordem: a da dominação racional".

O que interessaria analisar, agora, seria esta determinação "racional" de coisas. Pois as bases de compreensão do mundo mítico, tal como o filósofo Giambattista Vico as apresentara já no século XVII, deixavam entrever a "racionalidade" deste mundo mítico por ser de uma contrapartida (fantástica) das próprias relações entre os homens. Em alguns cultos africanos, a exigência mítica comandava o sacrifício humano para que seus espíritos se tornassem os mensageiros encarregados de ir ao encontro das divindades. Estes "eleitos" se encontravam invariavelmente entre os escravos - ficando patente que o mundo mítico reflete entre outras coisas também, relações de dominação social racional.

# Feminismo no Partidão?

Recém chegada do exílio, na semana passada, Zuleika, a única mulher no Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, em depoimento exclusivo ao EM TEMPO, conta sua trajetória política e expõe a visão do Partido sobre o feminismo.

Por Miriam Abromovay e Elisabeth Souza-Lobo



**Z**uleika Alembert, 56 anos, atualmente única mulher membro do Comitê Central do PCB está de volta. Traz na bagagem a determinação de lutar pelos direitos das mulheres no Brasil. Suas posições, fortemente marcadas pelo Eurocomunismo são heterodoxas e audaciosas. Faz a crítica da instrumentalização dos grupos de mulheres do país, tipo Federação de Mulheres etc, que serviam apenas de correia de transmissão dos partidos; defende a legalização do aborto, propõe um amplo e democrático movimento em que as mulheres de todas as tendências, politizadas ou não; definam suas reivindicações e integrem-se às lutas gerais da sociedade.

Mesmo se Zuleika revela uma certa incompreensão do movimento feminista quando considera que não há um feminismo marxista e reduz o feminismo ao privilégio da contradição homem/mulher o que é uma tendência dentro do feminismo (chamada de feminismo radical ou sexista) e que é contestada pelas tendências que relacionam a luta feminista com a luta de classes (tendências que existem no interior de alguns PCs, por exemplo, o PC francês), mesmo assim Zuleika aparece como uma feminista, a despeito de si própria ou, talvez a despeito das idéias do seu partido.

## Uma mulher militante

“Eu sempre digo que chega ao problema da mulher por dois caminhos: ou você começa por uma militância política geral, ou você parte das pequenas coisas e chega à compreensão do problema da mulher.

“Comigo o processo foi um pouco inverso. Eu comecei fazendo a “grande política”. Neste tempo as coisas eram para mim muito “mescladas” e eu não podia ter clareza de nada. Entrei no Partido Comunista em 1945, na legalidade, já era uma pessoa bastante conhecida na minha cidade, Santos, não por militância política, mas cultural: eu nadava, fazia teatro. Depois da guerra, a juventude foi bastante sensibilizada pelas questões da democracia, a crítica do Estado Novo e assim, fui recrutada pelo partido em 1945, sem grande compreensão do que estava fazendo. Em 1947 fui eleita deputada estadual. Mas data deste período anterior, antes de começar a fazer política, minha primeira manifestação inconsciente sobre o problema da mulher. Em Santos como em muitas outras cidades brasileiras na época existia uma sociedade Teosófica que desenvolvia uma grande atividade cultural e todas as forças progressistas estavam fazendo seu trabalho político. Eu fui atraída por uma notícia de jornal em que um cidadão, Sergio Blanco do grupo positivista da cidade, ia fazer uma conferência sobre a necessidade do retorno das mulheres ao lar, interrompendo a participação crescente que haviam tido desde a guerra, abolindo as conquistas do período: cortar cabelo, andar de calça cumprida, fumar na rua, coisas aparentemente sem importância mas que para a mulher tinham uma significação grande. Eu li isto e fiquei furiosa. Na conferência, em pleno debate virei para o conferencista e me propus a defender as idéias contrárias e eu que não entendia nada do assunto, tomei um livro sobre a vida da Mme. Curie e a partir dele enfrentei o debate de defesa dos direitos da mulher. É claro que também minha vida familiar influiu nesta sensibilização inconsciente para o problema: éramos 3 irmãs mulheres, minha mãe e 3 irmãos homens. E a nossa educação, as desigualdades que sentimos que nos levaram a nós, 3 mulheres, a opções de vida totalmente diferentes da nossa mãe. Não que estivessemos entendendo que aquela família era igual a todas as outras, mas

pensávamos que a nossa era assim e porque nós não a aceitávamos fomos ser uma enfermeira, outra professora, e eu fui fazer política. Evidentemente devo ter encontrado, na minha vida militante, na vida pública, no parlamento, no partido, obstáculos à minha atividade, mas eu não tinha a menor consciência por que aquilo ocorria. Minha idéia era de que se eu, com 23 anos, havia conseguido ser deputada, eu que vinha de uma família que me reprimia que tentava me impedir de fazer aquilo que eu queria e que no entanto tinha conseguido organizar a minha vida, militar e cuidar da minha casa, então todas as outras mulheres poderiam fazer a mesma coisa e não faziam porque não queriam. Esta trajetória foi se dando e eu sempre completamente cega às razões das dificuldades que eu encontrava na minha vida pública. Evidentemente que eu era uma exceção, posso compreender isto. Naquela época faziam política, a Ivette Vargas, eu, e a Conceição Santamaria. Uma mulher que ousava fazer o que eu ousava, era objeto de crítica, pouco passava de prostituta. Na militância partidária tive muitas dificuldades, de falar, por exemplo, sem ser escutada, porque os homens falavam melhor, impostavam a voz. Mas eu continuava me colocando em competição com os homens e acreditando que se eu lavava e passava roupa limpava a casa, fazia a dupla jornada de trabalho, que na época eu não sabia o que era, e exercia minhas atividades, todas as mulheres poderiam fazer o mesmo. E eu fui me impondo, porque eu executava um trabalho igual ou maior do que os homens.

## Quando as coisas começam?

E assim houve uma época em que eu usava sapato de homem porque me sentia mais forte. Usava vestidos marrons, que me faziam parecer um macaco, uma bolsa de condutor de ônibus, todo um estilo de homem, o que era uma reação natural e inconsciente.

Só quando nós comunistas fomos expulsos do país e tivemos que procurar o exílio no Chile, é que pela primeira vez eu senti a necessidade de organizar mulheres. Nesta altura senti que alguma coisa estava errada na minha maneira de enfrentar o problema. E começamos a ler a estudar, a conhecer a experiência dos outros.

Revendendo os velhos documentos do partido eu encontrava menção às mulheres; achava-se importante mobilizar as mulheres, mas só no 6º Congresso é que eu consegui enfiar um parágrafo que fala nos direitos da mulher.

O PC pensou na mulher usada como força política, estimulou as federações femininas, as uniões de mulheres que tiveram sua validade na época. Mas algo estava pela metade. As mulheres vão tomando consciência de que não querem ser mais instrumento.

## A contribuição do movimento feminista

Se nem tudo o que fizeram os partidos comunistas estava errado, também devemos valorizar a contribuição das feministas. O feminismo traz uma parte da verdade, embora não concordemos com sua orientação para a solução do problema na medida em que vê a transformação da mulher como fim em si desligada do contexto em que ela vive.

Na nossa resolução recente sobre a questão da mulher procuramos esta síntese, inspirada no modelo do Partido Comunista Italiano que foi o primeiro a fazer isto, absorvendo criticamente aquilo que o feminismo desenvolveu de positivo.



Aqui no Brasil o termo feminista é pouco usado e discriminado. Não é por brigar por um nome, mas temos que por os pingos nos ii. Porque o feminismo tem um conteúdo científico e ideológico. É o nosso método de análise que nos diferencia das feministas: pra nós o primário é material, mas isto não nos leva a reduzir a opressão da mulher ao econômico, ela vai mais longe, começa antes e sobrevive mesmo quando a propriedade privada é abolida, como nos países socialistas.

Estas posições levam a alguns equívocos, por exemplo, se você faz uma reunião de mulheres, eu estou de acordo que, às vezes, é preciso que seja só de mulheres porque elas estão aprendendo, discutindo, são ainda tímidas e se os homens estiverem presentes elas serão inibidas. Mas se você faz um ato público para discutir um filme, porque o homem não pode entrar? Nós queremos que eles evoluam também. Agora na passeata de Paris eu vi 20.000 mulheres na rua pela lei do aborto e não um ou dois homens, mas centenas de homens.

Também sobre o aborto nós temos diferenças com as feministas. Na Itália elas reivindicavam aborto livre em qualquer momento e nós acreditamos que o aborto deve ser regulado pelas leis científicas, que o tornam perigoso depois de um limite de tempo. Este extremismo, este radicalismo cego é que dificulta, às vezes, o trabalho do movimento feminista, embora suas palavras de ordem sejam justas e corretas; e devem ser assimiladas por nós. Mas podemos fazer pontos comuns.

Hoje eu tenho os elementos para compreender as discriminações que sofri, no casamento, na vida partidária, no parlamento, na família porque eu era mulher e porque existe um consenso na sociedade de que somos inferiores.

A opressão da mulher é anterior à sociedade de classes mas esta codificou esta opressão. A destruição da sociedade de classes, e o socialismo, criam as premissas para a liberação da mulher. Mas não é tudo.

## O machismo na União Soviética

Na URSS, 90% de mulheres trabalham, mas a opressão cultural sobrevive. Por isto se diz que esta é a revolução mais longa da história. Nos países socialistas a mulher tem direito de estudar física, ela vai ser física, mas se ela for casada com um físico, ele vai ser mestre ou doutor muito antes do que ele, porque ele chega em casa e vai estudar e ela vai cuidar do menino que saiu da creche, vai fazer a comida. Não há uma divisão correta do trabalho no interior da família.

## Como vincular a luta das mulheres às lutas gerais?

É evidente que a mulher mais oprimida é a mulher trabalhadora e, do nosso ponto de vista, nós vamos dedicar a ela nosso esforço principal: o que ela sente é o estômago, o trabalho, a escola para os filhos, o calçamento da rua, mas o que devemos introduzir é que esta mulher é também oprimida dentro do trabalho por ser mulher. Então uma das funções nossas, do movimento feminino é fazer com que dentro dos sindicatos, dentro das empresas surja um movimento de mulheres em que elas participem das lutas gerais, mas com suas reivindicações: a luta por creches, a denúncia dos abusos do patrão, a necessidade de melhores condições de trabalho no período da gravidez, são coisas que os homens não vão se lembrar, são problemas das mulheres.

## As mulheres das camadas médias também contam

Também não podemos deixar para as camadas gregas as reivindicações das mulheres que já tendo resolvido seus problemas de estômago, que têm reivindicações que são de todas as mulheres e por isso devemos, apoiar: planejamento familiar, legislação igualitária, outra imagem na imprensa. Não podemos dizer que como o povo é estômago deixamos as questões culturais. Se damos prioridade aos problemas do trabalho para a mulher, não abandonamos a luta por uma modificação do relacionamento homem-mulher.

## O PC e o feminismo

O errado nas feministas é que elas partem da idéia de que a opressão da mulher vem do homem.

Na verdade, é mais fácil conseguir a liberação econômica, a liberação cultural, a liberação política. Mas chega um momento em que você pára. E quando você chega ao problema afetivo da mulher, aí a porca torce o rabo: a mulher mais livre, é no fundo uma subordinada afetiva. No fundo você acaba lendo o livro que o homem com quem você vive gosta, vendo o filme que ele gosta, seus amigos são os amigos do seu homem. E se seu homem vai embora você se sente mutilada.

Há duas místicas que devemos acabar: uma é a da maternidade, outra é a do casamento. As mulheres devem ter o direito de escolher: ter filho ou não ter filho. A mãe santa, a Maria de Jesus não existe mais. As mulheres devem poder escolher viver ou não com um homem sem serem parcialmente obrigadas ao casamento.

Assumo minha idade, ando de motocicleta, toco violão porque sou uma mulher jovem, não estou morta. Com 56 anos, sou jovem, quero viver só, eu e meu gato. Decido do meu destino, faço o que me dá prazer. Foi difícil e só eu sei o quanto foi. Mas hoje eu chego com uma força nova. E compreendi que ser uma mulher autônoma não pode ser uma conquista individual, mas que todas as mulheres devem chegar a isto.

## O machismo no PC

Os comunistas são parte da sociedade e não são diferentes. Eles têm que ser vanguarda mas nem sempre o são. A mim me é permitido muito, porque eu já não sou considerada mulher. Mas as mulheres dos militantes que continuam a ser mulheres, você não pode mexer porque bagunça o coreto deles: o chinelo não está no lugar e a batata frita não está na mesa. E não pense que estas mulheres não têm o que dizer. Os homens estão acostumados a crescer à custa do esmagamento da mulher. Por isso as mulheres são sempre massa, porque elas não tem a chance delas.

## E a autonomia?

Há espaço para as católicas, para as feministas, para as comunistas. As mulheres é que devem debater democraticamente suas idéias e decidir no seu conjunto. Nós no PC, levamos de fora para dentro, as nossas propostas sobre as mulheres e por isto há uma certa defasagem entre o documento sobre a mulher, recentemente aprovado pelo CC e o que alguns membros do partido pensam. Mas o Comitê Central aprovou o que nós propusemos.”





# A ALN no pensamento de seu fundador

Por Marco-Aurélio Garcia

**D**omingo último, dia 4 de novembro, cumpriram-se dez anos do anúncio da morte de Carlos Marighela, talvez a personalidade da esquerda brasileira de maior notoriedade desde 1964. As circunstâncias mesmas de seu assassinato permanecem obscuras. Durante muito tempo prevaleceu a versão dada pela repressão: atraído para um ponto com padres dominicanos na Alameda Casa Branca, no bairro Jardim América, em São Paulo, Marighela teria sido abatido pela polícia ao resistir a voz de prisão dada pelo então delegado Sergio Fleury. A fuzilaria que se estabeleceu na rua teria passado relativamente despercebida da vizinhança mergulhada, como quase toda a cidade de São Paulo, na transmissão pela TV do jogo Santos e Corinthians, que se realizava no Pacaembu naquela noite.

Hoje esta versão é contestada pelos próprios padres dominicanos, tres dos quais preparam um livro sobre a morte do ex-deputado comunista. Em algumas conclusões, antecipadas pela revista *Playboy* de outubro último, os freis Ivo, Beto e Fernando apontam para uma série de contradições na versão policial. Uma investigação paralela a dos órgãos de segurança permite estabelecer, entre outras coisas, que antes do suposto enfrentamento da Alameda Casa Branca, os policiais da DOPS já comemoravam com torta e champanha o assassinato daquele que aparecia como o principal desafio aos organismos de repressão.

## Uma personalidade & uma organização

Começar a história da Aliança de Libertação Nacional, a ALN, por uma referência tão pessoal a Carlos Marighela, não significa reduzir a trajetória desta organização à personalidade de seu mais destacado dirigente.

Todos que o conheceram, antes e depois de seu rompimento em 1967 com o PCB são unânimes em ressaltar sua forte personalidade e em afirmar categoricamente o quão difícil é separar a história de Marighela da organização que ele viria formar depois desta ruptura. A presença deste mulato de olhos verdes que fazia suas primeiras experiências com a repressão após o fracasso da insurreição da ANL, que ele, como estudante de engenharia havia apoiado, é assinalada na história das lutas políticas do Brasil desde 1935. Sua participação na reorganização clandestina do PCB em São Paulo, durante o Estado Novo, inspirou Jorge Amado que o transformou numa personagem de sua trilogia *Os Subterrâneos da Liberdade*. Mais tarde, seja como parlamentar no período de legalidade do PCB, seja nos anos que se seguiram, Marighela sempre foi visto como um dirigente marcante, talvez aquele que, depois de Prestes, possuísse no interior do Partido maior carisma. Com o golpe de 1964, o nome de Carlos Marighela volta a ser notícia. Poucos dias após a queda de Goulart, ele seria preso em um tiroteio no interior de um cinema da Tijuca, no Rio

de Janeiro, episódio que contaria dois anos após num livro intitulado *Porque resisti à prisão* e no qual insinua suas primeiras divergências com o Partido.

Estas divergências viriam à tona, de forma explícita, quando de sua viagem à Havana. Na capital cubana, durante a realização da reunião da Organização Latinoamericana de Solidariedade, em 1967, ele dirige uma carta ao CC do PCB pedindo sua demissão da Comissão Executiva. O processo de ruptura se delineava e, formalmente, culminaria com a sua expulsão, pronunciada pelo VI Congresso do Partido. Mas Marighela, em dezembro de 67, quando esta decisão foi adotada, já estava em outro projeto: o da construção da ALN.

## Presença marcante

O destaque que Carlos Marighela e a ALN tiveram na história recente da esquerda brasileira advém menos da profundidade de suas posições ou da extensão de sua prática do que da forma clara e direta pela qual suas teses foram anunciadas.

Se a qualificação "foquista" pode ser com toda propriedade atribuída a uma organização no Brasil, sem dúvida ela o será à ALN. Expressando, sem subterfúgios as posições a respeito contidas nos escritos de Regis Debray, Marighela disse, alto e bom som, aquilo que, finalmente, quase toda a

esquerda brasileira acabou fazendo naquele momento sem o dizer. Seu discurso, que se confunde aqui com o discurso da ALN, apresenta uma extraordinária coerência, a mesma coerência que marcou a própria trajetória de Marighela e que mesmo seus adversários mais ferrenhos no Partido são até hoje pródigos em reconhecer.

Contribuindo para a História da Esquerda Brasileira neste período, pareceu-nos que a melhor forma de começar a história da ALN, antes mesmo de examinar suas origens, era expressar a essência do pensamento daquele que teve na sua vida um papel tão decisivo. Escolhemos, para tanto, trechos de um texto de Marighela inédito no Brasil, no qual ele expressa de forma resumida o essencial de suas posições. Trata-se do *Questionário* que respondeu, em agosto de 67, durante sua estadia em Havana à revista *Pensamento Crítico*. Dez anos após sua morte, mudadas em grande medida as condições da luta política no Brasil, não nos cabe aqui realizar o balanço acerca do que representou para a esquerda brasileira a personalidade de Carlos Marighela. Não levar de imediato esta necessária

tarefa não nos exime, no entanto, de curvar-nos diante de seu exemplo de lutador pela causa dos explorados. E para um homem que deu sua vida acreditando na perenidade de suas idéias não há melhor homenagem do que publicá-las hoje.

## Um inédito de Carlos Marighela:

### Respostas ao questionário de PENSAMIENTO CRÍTICO

#### 1) As condições para a luta armada no Brasil

Considero que existem condições para a luta armada no Brasil. Na América Latina onde o Brasil não constitui um excesso, o imperialismo norte-americano tem controle estratégico da produção e exerce o domínio político e militar, intervindo de todas as formas em qualquer país logo que os interesses dos trustes e monopólios sejam afetados.

Os camponeses não têm terra própria e trabalham nas terras dos latifundiários, de onde são despedidos e expulsos sempre que convenha aos grandes proprietários.

As massas vivem oprimidas, há misérias e sofrimentos, o custo de vida aumenta sem cessar. A mortalidade infantil é impressionante. E não é preciso ir mais longe, sobretudo para quem sabe que em Cuba também antes da revolução, era esta situação que existia.

Estas são as condições objetivas do Brasil capazes de levar o país à luta armada.

Resta, no entanto o problema das condições subjetivas. Muitos companheiros afirmam que estas não existem, concluindo daí que não se pode desencadear a luta armada.

Mas o que são condições subjetivas? Do ponto de vista da filosofia marxista, são aquelas que refletem na consciência do homem e das massas a

situação material, concreta, das classes que acabarão sendo impelidas à revolução.

Tais condições se concretizam — em última análise — em partidos e agrupamentos políticos que reflitam em seus propósitos e atividades os desejos materiais, as aspirações e necessidades das classes em luta.

Os que param para discutir a falta de condições subjetivas e a negar por isso a luta armada são espontaneístas, negam, na verdade, a filosofia marxista. Ou caem no dogmatismo ou ainda no campo da metafísica, como sucede e muitos revolucionários e pseudo-revolucionários da América Latina que costumam citar a fórmula clássica de Lenin.

Quem quer que analise, segundo a concepção filosófica materialista, o que Lenin afirmou sobre as condições para o estalo da revolução e da luta armada, verá que não se trata de nenhuma dogma. Pelo contrário, Lenin achou um interpretação filosófica acertada, segundo a dialética marxista, para o fenômeno da revolução que

dirigiu vitoriosamente e deu lugar a aparição do primeiro estado socialista.

Para Lenin, a condição sine qua non de sua fórmula clássica é a luta. Sem luta jamais haverá condições subjetivas, pois muitas vezes estamos diante de momentos decisivos, e a revolução não é desencadeada por falta de consciência revolucionária, resultante de um grande período de inatividade, de ilusões de classe, de pacifismo e de falta de vontade de lutar.

Os revolucionários modernos encontraram na América Latina a justa interpretação da relação entre as condições objetivas e subjetivas, desencadeando a revolução cubana e tornando-se vitoriosos. Isto se fez dentro da justa concepção leninista de lutar para criar a consciência revolucionária, e com ela, as condições subjetivas da revolução sem esperar o surgimento espontâneo do momento decisivo.

Cabe a Fidel Castro, à cabeça da revolução cubana, o mérito da aplicação correta do conceito leninista às condições de Cuba e da América Latina.

Se aplicarmos corretamente a mesma concepção às particularidades da realidade brasileira, veremos que no Brasil também há condições subjetivas para a luta armada.

#### 2) A ruptura com o PCB

Separei-me da comissão executiva do Partido Comunista Brasileiro em consequência das profundas contradições políticas e ideológicas que nos separam.

Em minha carta de demissão, já publicada em *PENSAMENTO CRÍTICO*, fundamentei amplamente os motivos que me levaram a uma atitude de rompimento público.

O que observei no órgão dirigente do PCB é que não está destinado a afrontar a luta e sim a fazer declarações políticas. Sua concepção de direção é burocrática e não corresponde à época atual da América Latina e do mundo.

A época atual é de guerras de libertação, ou seja, de organizações da guerra justa e necessária contra o imperialismo americano. As proposições, o método e a maneira de ser da comissão executiva, tudo, a situam em uma época superada, ou seja na época das revoluções liberais.

Para a comissão executiva, a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira e por isto apoia líderes e partidos burgueses que nada têm a ver com as profundas transformações exigidas na atual sociedade brasileira.

O camponês deixa assim de ser considerado como aliado fundamental do proletariado, que, na verdade, é a força dirigente da revolução. Os comunistas, nessas condições, passam a ser uma "força auxiliar" da burguesia.

Minha separação da comissão executiva teve lugar através de uma série de atitudes e posturas a partir de determinados momentos. Primeiro rompi ideologicamente em uma Conferência Nacional do partido, em 1962, quando critiquei a direção individual e os falsos métodos da direção

que comprometem o método marxista-leninista. Depois me lancei à luta ideológica do partido ou seja, à luta de idéias, teóricas e táticas em discussão. Publiquei-os sem autorização, porque se os tivesse submetido à apreciação da comissão executiva, não teriam permitido sua publicação. Estes livros e folhetos estão agora proibidos pela direção.

#### 3) Uma linha reformista

Antes do golpe militar de abril de 1964, a linha de ação traçada pela direção do PCB era de apoio à luta pelas reformas básicas, através da expansão do movimento de massas e da aliança com a burguesia. Depois do golpe militar, a linha de ação do PCB foi proposta no documento intitulado *TESES*, de junho de 1966, para ser discutido em todo o partido. A linha de ação formulada neste documento não difere, no fundamental, da tática e estratégia anteriores, pois preconizam um caminho de desencadeamento do movimento de massas para a instauração de um governo que restitua as liberdades democráticas. A direção da burguesia na revolução brasileira continua sendo reconhecida neste documento, que igualmente não aceita como solução dos problemas do povo brasileiro o caminho da luta de guerrilhas.

#### 4) Situação da esquerda brasileira

Vários agrupamentos de esquerda no Brasil, em sua maioria, buscam o desenvolvimento da luta contra a ditadura militar e conquista do poder pela violência. Entre estes agrupamentos e correntes estão os partidários de Miguel Arraes, ex-governador do Estado de Pernambuco, cuja influência predomina no Nordeste; os partidários de Leonel Brizola, ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, cuja influência é mais acentuada no extremo sul do país; a Ação Popular (AP de esquerda católica, com influência entre os estudantes); a POLOP (Política Operária), também com influência entre os estudantes (ainda menor que a da AP); os comunistas com influência entre os operários e várias camadas da população do país.

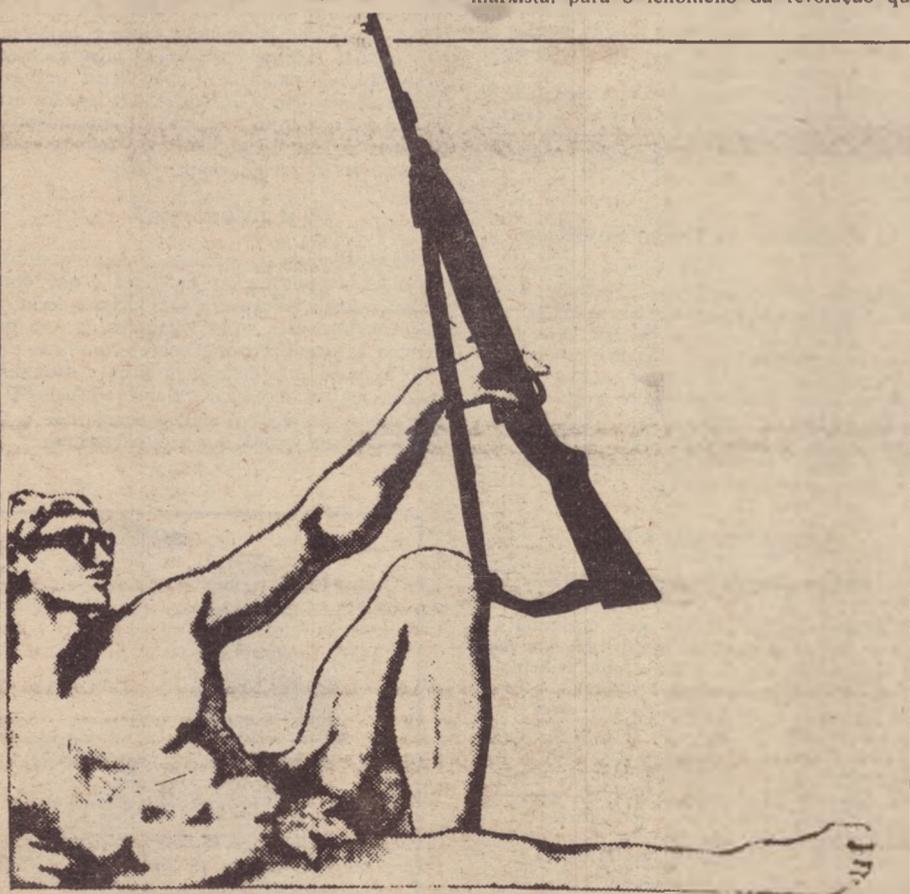
Há uma divergência ideológica entre os comunistas, uns admitindo a direção da burguesia na revolução, outros rechaçando esta tese. Os primeiros não aceitam a idéia da luta armada. Os outros a preconizam como solução necessária e inevitável dos problemas do povo brasileiro. Os comunistas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Estado do Rio estão, em sua maioria, pela luta armada.

No Estado da Guanabara há uma forte oposição de uma parte substancial dos comunistas contra a atual direção oportunista e revisionista estatal, que é de ultra direita e prega a colaboração direta com a burguesia e a derrota pacífica de ditadura.

Isto no que se refere ao Partido Comunista Brasileiro. Quanto ao Partido Comunista do Brasil, que é insignificante, adotou a linha chinesa e rompeu com a revolução cubana e seu dirigente Fidel Castro.

No Brasil só a luta armada, com a luta de guerrilhas com sua melhor expressão, pode levar à unidade as forças revolucionárias, tendo em conta que a guerrilha é — em última análise — a própria vanguarda revolucionária.

Havana, 8 de agosto de 1967  
Carlos Marighela



# Proletários de todos os países, uni-vos!

Por Elvira de Oliveira

**H**á cem anos atrás, 7 de novembro de 1879, nascia Leon Davidovitch Bronstein, Trotsky. Os acontecimentos de 1905 na Rússia, com o ensaio geral da revolução que viria a se consumir em 1917, colocam em cena o jovem Trotsky à crista do famoso soviet de Petrogrado. Ao lado disto, é também por então que ele formula a chamada teoria da revolução permanente, antevendo o desdobramento contínuo da revolução burguesa em curso, numa transformação de caráter socialista. Tal como viria a ocorrer no ano de 17, quando Trotsky passa a figurar ao lado de Lenin como a segunda liderança na primeira revolução socialista do planeta.

A criação da III Internacional, em março de 1919 — completando portanto, agora, 60 anos — não foi capaz de inverter o curso da contrarrevolução em vários países bem como da degenerescência burocrática soviética.

Trotsky, na oposição, é expulso da URSS em 1928, exila-se no México, vindo a morrer assassinado pelos stalinistas em 1940. Mas, neste meio curso, promove a fundação da IV Internacional em 1938, na tentativa de, às vésperas do ascenso nazista, fazer surgir uma alternativa às traições stalinistas.

O Internacionalismo, juntamente com o combate à burocracia, tornaram-se desde então, as marcas mais evidentes do trotskismo. Aqui, iniciamos uma série de artigos sobre o problema do internacionalismo e das organizações internacionais operárias.

**A** palavra de ordem com que Marx e Engels encerram o Manifesto Comunista de 1848 sintetiza uma das mais caras tradições do marxismo-revolucionário. Com ela, a urgência e necessidade do internacionalismo proletário salta para o primeiro plano da cena política: ao mesmo tempo em que expressam o caráter necessariamente internacional da revolução, os iniciadores do socialismo científico concitam os trabalhadores a se organizarem à escala mundial.

Para Marx e Engels, o caráter internacional do sistema capitalista acarretando uma unificação sempre crescente das economias nacionais, só seria combatido de forma eficaz com uma coordenação também internacional da classe trabalhadora.

Assim dando consequência às suas análises e conclusões e demonstrando na prática que o internacionalismo proletário não se resume apenas em exortações e meros manifestos de apoio e solidariedade, dos trabalhadores de um país aos de outro, Marx e Engels terão papel proeminente na constituição da Primeira Internacional. Após as derrotas da revolução de 1848 na Europa, a idéia da construção de uma organização mundial dos trabalhadores começa a ganhar forma e entre marchas e contra-marchas, concretiza-se em 1864, tendo como carro chefe o nascente movimento sindical.

## A I Internacional

A Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), mais tarde conhecida como I Internacional, nasce do encontro de Saint Martin's Hall - Inglaterra - em 29 de setembro de 1864. O partido da classe trabalhadora organizado em escala mundial só se torna possível pela ação e entendimento dos trabalhadores mais avançados da Europa no momento, franceses e ingleses. Neste encontro, do qual também participam emigrados polacos, alemães e italianos, aprova-se o projeto francês de criação de seções européias sob a direção de um Comitê Central.

Este C.C. se ocupará de redigir os estatutos provisórios da Internacional, que celebrará congressos anuais. Em sua elaboração, na qual Marx toma parte decisiva, se especifica que um Conselho Geral "estabelecerá as relações entre as diferentes associações de trabalhadores, de tal forma que os trabalhadores de cada país estejam constantemente ao corrente dos movimentos de sua classe nos outros países..."

Nesta Internacional, apesar dos esforços de Marx e Engels, não haverá nunca um programa nitidamente socialista, com uma ideologia definida e unitária. Seu primeiro congresso, realizado em Genebra de 3 a 8 de setembro de 1866, continha, porém, exigências táticas, que eles esperavam,

poderia unir várias seções: o estabelecimento de uma legislação trabalhista; a diminuição da jornada de trabalho e a necessidade dos sindicatos como principais organizações de base dos trabalhadores. Até 1867, no entanto, a Internacional será inexpressiva: "uma alma grande num corpo pequeno", com seções estagnadas ou crescendo vagarosamente, não encontrando eco na Espanha e Itália e muito pouco na Alemanha e E.U.A.

As "Trade-Unions" inglesas que terão papel fundamental na fundação da AIT, vêm-na antes de tudo como um meio de dificultar a nova arma utilizada pelos patrões: a importação de trabalhadores do continente, para rebaixar seus salários. Porém, a Internacional, acompanhando o movimento da luta de classes, onde ele mais se acirrava, criando situações revolucionárias, será principalmente continental. Isto mantém os ingleses numa prudente reserva e apenas uma parte destes trabalhadores - 25 mil operários - a ela se associam.

No entanto, a questão ideológica será sempre o "calcanhar de Aquiles" desta Internacional. No mesmo Congresso de 1866, a delegação francesa, inteiramente proudhoniana, é quem dará o tom aos debates. Há ainda um avanço dos partidários de Blanqui, para quem um grupo decidido de revolucionários seria capaz de impulsionar as massas e destruir o estado burguês e também entram em cena os anarquistas capitaneados por Bakunin.

## A II Internacional

Nos anos seguintes a influência de Proudhon perde terreno não apenas nos debates teóricos, mas também ao nível do movimento operário real. As greves se sucedem, as empresas cooperativas fracassam totalmente e os operários que foram exortados à não participar politicamente, sofrem implacável perseguição dos vários governos europeus. Na França, onde estes fatos se manifestam em sua forma mais aguda, as adesões à Internacional ao invés de decrescerem, tomam novo alento na esteira de um poderoso movimento grevista. Entre 1868 e 1870 a AIT vive assim seu período mais favorável e que leva Marx a afirmar: "não foi a Internacional que lançou os operários às greves, mas as greves lançaram os operários na Internacional".

Os debates posteriores refletem a nova prática, pronunciando-se pela legitimidade da greve e reafirmando a necessidade da cooperação operária.

O Congresso de Bruxelas (3 a 6 de setembro de 1868), se declara partidário da apropriação coletiva da terra, das minas, bosques e meios de transporte e se decide pela greve geral em caso de guerra.

Neste momento extremamente positivo, surge a querela com os anarquistas capitaneados por Bakunin, que negam a necessidade da organização e disciplina pela qual Marx e Engels lutavam dentro da Internacional. E nesse contexto de profundas divergências se produz a insurreição prematura que Marx temia: a Comuna de Paris. A seção francesa da Internacional representará um papel decisivo nesta experiência. Porém, com a sua derrota em 1871 ao mesmo tempo em que a organização se dispersa, se intensifica a repressão aos internacionalistas. O reflexo disto para a AIT é desastroso e sua dissolução torna-se eminente. Mas a inviabilidade da AIT já se manifestava anteriormente em seu interior: multiplicavam-se as discordâncias dos membros da Comuna entre si e com o Comitê Central e entre marxistas e anarquistas, que exigiam autonomia completa para as seções ou federações nacionais, com a total abstenção do movimento operário nas questões políticas.

A Conferência em Londres de 1871, faz triunfar as teses de Marx sobre a necessária ação política da classe operária. O Congresso de Haya de 1872 as confirma, expulsa os anarquistas e decide mudar o Conselho Geral da AIT para New York. Esta última resolução seria o "tiro de misericórdia" para a Internacional. Efetivamente, na Confederação da Filadélfia, de 1876 ela se extinguiu. Para Marx e Engels, no entanto, a dissolução da Internacional seria passageira. Ela cumprira um papel, o de unificar e orientar o movimento operário nascente. Mas, a nova situação mundial, com o crescimento da classe operária e o avanço e expansão do capitalismo exigia um outro tipo de Internacional, agora declaradamente comunista.

Sob este desígnio e pela influência e iniciativa de Engels, surge em 1891 a II Internacional, que será conhecida como a Internacional Socialista. No interregno entre o fim da I Internacional e o surgimento da II, o movimento operário e o movimento socialista passam por grandes transformações. Este difunde-se em novos países e as estruturas operárias modificam-se, aumentando o número dos sindicatos com as federações formando-se sobre a base, não mais de ofícios, mas da indústria em geral. Esta nova conjuntura condiciona, por si só, a necessidade do reatamento das relações internacionais.

Procurando reunir as várias forças e tendências operárias que surgem marcadas pela diversidade

nacional e sem travar a sua autonomia, a II Internacional constitui-se sem uma estrutura centralizada, afirmando-se como organização permanente.

No seu primeiro período, ainda no século XIX, a II Internacional viverá a certeza do triunfo da revolução a curto prazo, tendo, pois, como tarefa precípua organizar o proletariado com vistas ao embate final. Aqui também tem lugar a luta ideológica com os anarquistas. No Congresso de Londres, em 1896, eles são mais uma vez expulsos e se consagra a preponderância do partido como forma superior de organização e ação operárias. Ainda nesse período começam a se gestar em seu interior três tendências que se constituem progressivamente, emergem após a morte de Engels e se fortalecem com a virada do século, como reflexos da não concretização da revolução e o fortalecimento do capitalismo que inicia sua fase imperialista. Os termos esquerda, direita e centro começam a ser empregados oficialmente. A direita, encabeçada por Bernstein e a mais forte das tendências, terá um caráter reformista, revisionista e social-patriota, colocando a luta de classes como em desaparecimento nos países desenvolvidos e pregando o estabelecimento de relações pacíficas entre as nações e as classes, fundadas na convicção de que o capitalismo deve evoluir progressiva e pacificamente até o socialismo, "um cotidiano e paciente trabalho desde o interior deve transformar as sociedades capitalistas".

## A esquerda, A direita e o centro

O centro, chamado de "marxista ortodoxo" será representado por Bebel, Kautsky e Plekanov e a tendência de esquerda, conhecida como "esquerda revolucionária" terá em Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo os seus nomes mais expressivos e os mais intransigentes defensores do internacionalismo proletário. No primeiro momento, com as divergências acirradas ao extremo os anti-revisionistas e revolucionários serão vitoriosos, alargando-se assim, as fissuras no interior da Internacional. Embora em seus vários Congressos, esta tenha votado numerosas resoluções contra a guerra é na questão da "luta pela paz" que o conflito das tendências adquire suas verdadeiras dimensões e a prática que se segue mostra que na realidade a II Internacional, assim como a maioria dos partidos social-democratas que lhe dão suporte se caracterizarão por uma ideologia oficialmente marxista e uma prática cada vez mais parlamentarista e reformista.

Em 1907 se aprova uma revolução apresentada pela tendência de esquerda, que repudia a guerra imperialista e exorta os partidos operários a tudo fazer para transformar a crise econômica e política numa revolução proletária. No entanto, quando estoura de fato a guerra em 1914, os dirigentes dos partidos social-democratas não só não cumprem esta resolução, como também traem completamente os princípios fundamentais do internacionalismo proletário. Em nome da "defesa da pátria", apoiam seus governos na ação imperialista, aprovam nos Parlamentares os créditos de guerra e integram a "União Sagrada" contra o "inimigo estrangeiro".

Estas medidas serão a gota d'água nas divergências que se avolumavam e irão precipitar a desintegração da Internacional. A esquerda internacionalista que se opunha decisivamente à guerra procura organizar a resistência contra os governos imperialistas em cada país. Sob a direção de Lenin, Trotsky e Martov reúne-se na Conferência de Zimmerwald, em 1915, e concita os trabalhadores a "transformarem a guerra imperialista em guerra civil", designando uma Comissão Socialista Internacional para centralizar o desdobramento de suas conclusões, oficializando dessa forma, seu rompimento com a II Internacional.

Quanto a esta, após este rompimento e mesmo com o término da guerra não consegue reconstituir-se plenamente, mas segue adiante, agora totalmente dominada pela corrente de direita nacionalista. Aqui começa a segunda fase de sua história, que resume-se a reunir grandes partidos nacionais, politicamente influentes, numericamente poderosos e fiéis a uma linha basicamente eleitoreira.

A semente de uma nova Internacional lançada em 1915, tem condições para germinar a partir de 1917 com a vitória da Revolução Russa. Fundada em março de 1919, em Moscou, sob a direção de Lenin e Trotsky, que redige o seu manifesto de fundação, a III Internacional será efetivamente até 1923 a verdadeira direção da revolução mundial.



Marx e Engels no congresso da Internacional em Haya, 1873.

A seguir:  
A III Internacional



Centenário do nascimento de Trotsky

# Democracia socialista e ditadura do proletariado

No ano do centenário do nascimento de Trotsky — e que é também o de Stalin — a luta entre a degenerescência burocrática e a democracia operária permanece tão atual como há décadas atrás.

Por Flávio Andrade

**A** luta contra a degenerescência burocrática, levada adiante por Trotsky, praticamente sozinho, durante muitos anos, é hoje crescentemente encampada por grandes contingentes da esquerda e do movimento operário. Até mesmo os PCs europeus, ao seu modo, pela via recente do eurocomunismo tentam um contorno aos problemas da URSS e da burocracia, ainda que apenas de superfície, e lançando ao lixo as mais caras concepções da tradição marxista como é o caso da ditadura do proletariado.

A questão da democracia operária, do tipo de democracia que se almeja no socialismo está portanto na ordem do dia. Mesmo no Brasil, onde a prioridade da luta política ainda está no combate à ditadura militar, a gradual emergência da esquerda, desde o exílio e a clandestinidade, vem colocando cada vez de modo mais aberto a importância do debate.

Para muitos, como os eurocomunistas, o problema da burocratização pega ao fundo do próprio marxismo-leninismo, sendo portanto necessário, para superá-lo, abandonar a essência das referências clássicas.

Para outros, entre eles a IV Internacional, fundada em 1938 sob o patrocínio direto de Trotsky, nunca os clássicos do marxismo abriram caminho em sua teoria ou ação para a degenerescência a que chegaram as revoluções operárias. Pelo contrário, afirma recente documento do Secretariado Unificado da IV Internacional, intitulado "Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado", um exame atento de Marx, Lenin e Trotsky é que pode possibilitar uma saída revolucionária e portanto democrática para o impasse que se avizinha hoje em dia. Aqui, um resumo do documento.

**A** diferença fundamental entre os reformistas e centristas de toda sorte, de um lado, e os marxistas-revolucionários, de outro, em relação à conquista do poder de Estado, à necessidade de uma revolução socialista, à natureza do Estado operário e à significação da ditadura do proletariado, não reside na defesa de um sistema pluripartidário pelos primeiros e à defesa do sistema de partido único pelos segundos. Ela não reside, tampouco, na defesa das liberdades democráticas sem limites pelos primeiros e na supressão das liberdades democráticas, pelos segundos.

As diferenças fundamentais entre reformistas e marxistas-revolucionários sobre a questão chave do poder de Estado são as seguintes:

- 1) Os marxistas-revolucionários compreendem claramente a natureza de classe de todos os Estados e aparelhos de Estado enquanto instrumentos para a manutenção do poder de classe.
- 2) Os reformistas defendem a ilusão de que a "democracia" ou as "instituições de Estado democráticas" se situam acima das classes e da luta de classes.
- 3) Os marxistas-revolucionários compreendem claramente que o aparelho de Estado e as instituições de Estado, mesmo nos Estados burgueses mais democráticos, servem para manter o poder e a dominação da classe capitalista e não podem servir de instrumento para destruir esta dominação e para transferir o poder da burguesia à classe operária.
- 4) Os marxistas-revolucionários compreendem claramente que devem deduzir desta análise que a conquista do poder pelo proletariado exige a destruição do aparelho de Estado burguês e, antes de tudo, do aparelho de repressão da burguesia.
- 5) Os marxistas-revolucionários deduzem igualmente que a classe operária não pode exercer o poder de Estado senão no quadro de instituições de Estado de um tipo diferente das do Estado burguês, a saber, de instituições fundadas nos conselhos de trabalhadores (soviets), soberanos e democraticamente eleitos e centralizados, com as características fundamentais que Lenin precisou em *O Estado e a Revolução*: eleição de todos os funcionários, juizes, dirigentes de milícias operárias (ou operárias e camponesas) e de todos os



A questão da democracia, ontem...

delegados representantes dos trabalhadores nas instituições estatais; rodízio regular dos eleitos; limitação de seus rendimentos aos de um operário qualificado; revogabilidade de todos os eleitos conforme a livre vontade dos eleitores; exercício conjunto dos poderes legislativo e executivo por instituições de tipo soviético; redução radical do número de funcionários permanentes e transferência crescente das funções administrativas para os órgãos diretamente constituídos pelos trabalhadores.

## Partido único ou pluripartidarismo?

A teoria marxista do Estado não inclui, de maneira alguma, o conceito de que um sistema de partido único seria uma precondição necessária ou uma característica do poder dos trabalhadores, do Estado operário ou da ditadura do proletariado. Em nenhum escrito teórico, seja de Marx, Engels, Lenin ou Trotsky, nem em nenhum documento programático da III.ª Internacional sob Lenin, jamais apareceu semelhante defesa do sistema de partido único. As teorias formuladas mais tarde, como a grosseira concepção stalinista de que as classes sociais teriam através de toda a História sido representadas por um só partido, são historicamente falsas e só servem de apologia ao monopólio do poder político usurpado pela burocracia soviética e seus herdeiros ideológicos nos outros Estados operários burocratizados — um monopólio fundado sobre a expropriação política da classe operária. A História — inclusive os últimos sobressaltos na República Popular da China — confirma que Trotsky tinha razão quando afirmou "As classes são heterogêneas dilaceradas por antagonismos internos e só alcançam seus fins comuns pela luta das tendências, de agrupamentos e de partidos... Não se encontrará na história política um único partido representando uma classe única se não se consentir em tomar uma ficção policial pela realidade." *A Revolução traída*. Ed. Antídoto. Lisboa, 1977, pp. 262.

Neste sentido, a liberdade de organização de grupos, tendências e partidos diferentes sem restrições ideológicas constitui uma precondição para o exercício do poder político pela classe operária.

Os marxistas-revolucionários rejeitam o desvio substitucionista, paternalista e burocrático do



... e hoje.

marxismo que concebe a revolução socialista, a conquista do poder e o seu exercício sob a ditadura do proletariado como a tarefa do partido revolucionário agindo "em nome" da classe ou, na melhor das hipóteses, "com o apoio" da classe.

**Sob a ditadura do proletariado, o poder estatal é exercido pelos conselhos de trabalhadores democraticamente eleitos.** O partido revolucionário combate por uma linha política correta e pela direção política no seio desses conselhos de trabalhadores, sem substituí-los. Partido e Estado — e, ainda mais, aparelho de partido e aparelho de Estado — permanecem entidades absolutamente separadas e distintas; e mais, a finalidade deve ser a de reduzir o aparelho do partido.

## O que representam os partidos políticos?

Os marxistas-revolucionários rejeitam as ilusões espontaneístas, segundo as quais o proletariado seria capaz de resolver os problemas táticos e estratégicos colocados pela necessidade de derrubar o capitalismo e o Estado burguês, de conquistar o poder central e de construir o socialismo por meio de ações espontâneas, sem uma vanguarda consciente e um partido revolucionário de vanguarda, fundado sobre um problema revolucionário que tenha passado pela prova da experiência histórica e sobre quadros educados

neste programa e provados por uma longa experiência no bojo da luta de classes.

Muitos agrupamentos centristas ou de extrema esquerda tem defendido uma argumentação, segundo a qual, a expropriação do proletariado soviético em relação ao exercício direto do poder político teria suas raízes na própria concepção leninista da organização, fundada sobre o centralismo democrático. Eles afirmam que os esforços dos bolcheviques para construir um partido que dirigisse o proletariado durante a revolução deveria inevitavelmente conduzir a uma relação paternalista, manipulatória e burocrática entre o partido e as massas trabalhadoras, o que conduziria, por sua vez, não menos inevitavelmente, a um monopólio do partido no exercício do poder após a revolução vitoriosa.

Essa argumentação é ahistórica e baseada numa concepção idealista da história. Do ponto de vista marxista, ou seja, do ponto de vista do materialismo histórico, a causa fundamental da expropriação política do proletariado soviético é material e sócio-econômica, e não ideológica ou programática. A pobreza geral e o atraso da Rússia, a relativa franquez numérica e cultural do proletariado, tornaram o exercício do poder pelo proletariado impossível a longo prazo, caso a revolução russa permanecesse isolada: isto era consensual, não somente entre os bolcheviques de 1917/1918, mas entre todas as tendências que se reivindicavam do marxismo.

Os historiadores marxistas podem discutir a questão de saber se certas medidas concretas tomadas pelos bolcheviques, mesmo antes da morte de Lenin, favoreceram objetivamente o processo de stalinização, e se Lenin e Trotsky não compreenderam senão tardiamente a amplitude do perigo da burocratização e a que ponto o aparelho do partido tinha avançado neste processo. Mas, na pior dos casos, seriam causas suplementares da burocratização. As causas principais foram objetivas, materiais, econômicas e sociais. Devemos descobri-las na infra-estrutura social da sociedade soviética, não na super-estrutura política e, certamente, não em uma concepção particular de partido.

## Os conselhos operários e a extensão dos direitos democráticos

Sem a liberdade total de organizar grupos, tendências e partidos políticos, não há a eclosão plena e total dos direitos e liberdades democráticas das massas trabalhadoras sob a ditadura do proletariado. Toda a crítica às limitações da democracia burguesa desenvolvida por Marx e por Lenin é baseada no fato de que a propriedade privada e a exploração capitalista (isto é, a desigualdade social e econômica), ligadas à estrutura de classes específica da sociedade burguesa (atomização e alienação da classe operária, legislação defensora da propriedade privada, função do aparelho de repressão, etc.), tem por consequência que mesmo os regimes burgueses mais democráticos limitam violentamente a aplicação prática dos direitos democráticos, a possibilidade prática de gozar as liberdades democráticas pela grande maioria das massas trabalhadoras. Mas a conclusão lógica que decorre desta crítica — é que a democracia operária deve ser superior à democracia burguesa, não somente porque ela se estende às esferas econômicas e social — o direito ao trabalho, a uma existência segura, à educação gratuita, ao lazer etc. — o que é extremamente importante, mas também pelo alcance e extensão dos direitos democráticos que gozassem os operários e todas as camadas trabalhadoras nas esferas política e cultural.

Assim, uma extensão dos direitos democráticos dos trabalhadores além dos que gozam sob as condições da democracia burguesa é incompatível com a restrição do direito de formar grupos, tendências e partidos políticos sobre bases programáticas ou ideológicas.

A liberdade política sob a democracia operária implica, também, na liberdade de organização e ação de movimentos independentes de emancipação das mulheres, de libertação nacional, dos jovens; isto é, de movimentos mais amplos que aquele da classe operária no sentido científico do termo, sem falar daquele definido pela corrente marxista revolucionária no seio da classe operária.

## Uma condição essencial para ganhar as massas para a revolução socialista

A defesa de um programa claro e sem equívocos da democracia socialista constitui, hoje, uma parte indispensável da luta contra as direções reformistas que procuram inculcar nos trabalhadores dos

Continua na próxima página



Centenário do nascimento de Trotsky

## Continuação da página anterior

países imperialistas mitos e ilusões democrático-burguesas. Da mesma forma, ela é indispensável para a luta contra as ilusões pró-capitalistas e preconceitos anti-soviéticos existentes entre as diversas camadas contestadoras e oposicionistas nos Estados operários burocratizados e, portanto, no desenvolvimento da luta pela revolução política nestes países.

A classe dominante utiliza-se de todos os instrumentos de que dispõe com o fim de identificar as instituições parlamentares com a manutenção dos direitos democráticos. Tanto na Europa ocidental como na América do Norte, por exemplo, os senhores capitalistas procuram se apresentar como os campeões das preocupações democráticas da classe operária e das massas plebéias, preocupações poderosamente reforçadas pelas experiências negativas do fascismo e do stalinismo.

Um dos elementos-chave de uma luta para conquistar a direção das massas consiste na compreensão correta da importância de suas reivindicações e ações democráticas e na tentativa bem sucedida para exprimi-las adequadamente, para neutralizar os esforços repetidos dos reformistas em canalizar a luta pelas reivindicações democráticas para o impasse das instituições parlamentares burguesas.

A clareza programática e a propaganda são manifestamente insuficientes para atingir este objetivo, qualquer que seja sua importância real. As massas aprendem através de sua experiência cotidiana, donde a importância de uma participação nesta experiência com vistas a tirar as lições corretas. A medida que a luta de classes se exacerba, os dirigentes reformistas serão cada vez menos convincentes em sua tentativa de defender as pretensas vantagens do sistema parlamentar burguês.

Os trabalhadores contestarão cada vez mais a autoridade e as prerrogativas da classe dominante em todos os níveis. Através de suas próprias organizações — dos comitês de fábrica até os conselhos operários (soviets) — estes trabalhadores começarão a exercer cada vez mais autoridade de decidir e adquirirão cada vez mais confiança em suas próprias forças para a destruição do Estado burguês. No curso deste mesmo processo e para conduzir suas lutas de maneira mais eficaz, com a mais ampla participação das massas, os trabalhadores compreenderão também a necessidade de optar pelas mais democráticas formas de organização. Através desta experiência de luta, e da participação em seus próprios organismos conduzidos de maneira democrática, as massas adquirirão muito mais liberdade de ação e muito mais liberdade no sentido mais amplo do termo — do que jamais tiveram oportunidades de gozar sob a democracia parlamentar burguesa. Elas aprenderão, assim, o valor insubstituível da democracia proletária. Trata-se de um elo indispensável na cadeia de eventos que conduz da dominação burguesa à conquista do poder pelo proletariado.

## Em resposta aos stalinistas

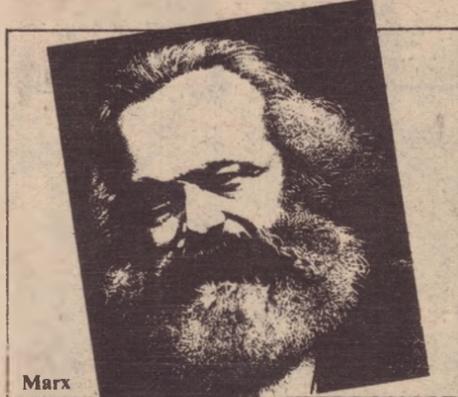
A única solução alternativa, teórica e politicamente coerente e consequente que pode ser oposta ao programa marxista-revolucionário — democracia socialista fundada no poder dos conselhos de trabalhadores e um sistema pluripartidário — por aqueles que se dizem favoráveis à ditadura do proletariado, é a concepção stalinista do exercício do poder estatal sob a "ditadura do proletariado" por um partido único agindo em nome da classe operária. Esta solução alternativa é baseada nas seguintes premissas teóricas (que nem sempre são formuladas claramente):

1) O partido dirigente (ou mesmo seu núcleo

dirigente) detém o monopólio de conhecimentos científicos e dispõe de uma infalibilidade garantida.

2) A classe operária e, mais ainda, as massas trabalhadoras em seu conjunto, são muito atrasadas politicamente, demasiado influenciadas pela ideologia burguesa e pequeno-burguesa, demasiado inclinadas a preferir as vantagens materiais imediatas em detrimento de seus próprios interesses históricos, pelo que não se pode tolerar o exercício direto do poder de Estado pelos conselhos operários democraticamente eleitos.

3) Por esta razão, a ditadura do proletariado pode ser exercida pelo "partido dirigente do proletariado", ou, melhor ainda, a ditadura do proletariado é a ditadura do partido.



Marx

4) Já que este partido — e só ele — representa os interesses da classe operária, que são considerados homogêneos em todas as situações e em relação a todos os problemas, o próprio "partido dirigente" deve ser monolítico. Toda tendência de oposição reflete, necessariamente, de uma maneira ou de outra, uma pressão de classes hostis ou de interesses de classe hostis aos do proletariado.

Todas essas premissas e hipóteses são não-científicas do ponto de vista geral e indefensáveis à luz da experiência histórica real da luta de classes, durante e após a destruição do poder capitalista na URSS e em outros países. A medida em que se tornaram dogmas quase universalmente aceitos pelos PCs na época de Stalin e possuíam uma coesão interna incontestável — que reflete os interesses materiais da burocracia enquanto camada social — eles jamais foram explícita e completamente criticados e rejeitados por qualquer PC desde então. Uma refutação clara e coerente destas concepções é indispensável, portanto, para a defesa do programa marxista-revolucionário de democracia socialista.

Primeiramente: a idéia de uma classe operária homogênea, exclusivamente representada por um partido único, está em contradição com toda a experiência histórica e toda análise marxista materialista do crescimento e do desenvolvimento concretos do proletariado contemporâneo. Quando muito, pode-se defender a tese de que o partido revolucionário da vanguarda representa sozinho, no plano programático, os interesses históricos a longo prazo do proletariado. Mas, mesmo neste caso, uma análise baseada na dialética materialista, em oposição a uma análise mecanicista-idealista, agregaria imediatamente que é somente na medida em que este partido conquiste efetivamente a direção política da maioria dos trabalhadores que se poderia falar de uma integração dos interesses de classe imediatos e históricos realizada na prática, com uma forte redução dos riscos de erro na interpretação de seus interesses.

Em segundo lugar, é incontestável que um partido revolucionário com uma vida interna democrática dispõe de uma vantagem enorme no domínio da análise correta da evolução sócio-econômica e política, e no da elaboração correta de respostas táticas e estratégias a esta evolução, porque ele pode se basear no acervo do socialismo científico — o marxismo — que sintetiza e generaliza todas as experiências passadas da luta de classes, tomadas em seu conjunto. Este ponto de partida da elaboração política coerente torna-o muito menos propenso do que qualquer outra

tendência do movimento operário ou qualquer setor inorganizado da classe a chegar a falsas conclusões, a generalizações prematuras, a reações unilaterais e impressionistas diante de desenvolvimentos imprevistos, a fazer concessões à pressão ideológica e política de forças de classe adversas, a concluir compromissos políticos sem princípios etc.

Em terceiro lugar: a idéia de que uma restrição dos direitos democráticos do proletariado poderia, de algum modo, favorecer uma "educação" gradual de uma massa pretensamente "atrasada" de trabalhadores é, por todas as evidências, absurda. Não se pode aprender a nadar ficando fora d'água. As massas não têm outro meio para elevar seu nível de consciência política se não se engajam na atividade política e aprendem a partir da experiência desta atividade. Não há outro meio de aprender a evitar erros do que tendo ao menos o direito de cometê-los.

Em quarto lugar: nas condições de socialização mais ou menos generalizada dos meios de produção e do sobreproduto social, todo monopólio, a longo prazo, do exercício do poder político nas mãos de uma minoria — mesmo que seja ela um partido revolucionário imbuído no início de motivações revolucionárias proletárias reais — corre fortemente o risco de estimular tendências objetivas à burocratização.

## A auto-defesa do estado operário

Evidentemente, todo Estado operário deve se defender contra as tentativas de sua destruição e as violações abertas de suas leis fundamentais. Em uma democracia operária, a Constituição e o Código Penal proibirão a apropriação privada dos meios de produção e o aluguel privado da força de trabalho do mesmo modo que, sob o reinado da burguesia, a Constituição e o Código Penal proíbem usurpações do direito de propriedade



Lenin

privada. Da mesma forma, enquanto não estivermos em uma sociedade sem classes, enquanto o poder do Estado proletário sobreviver e a restauração do capitalismo permanecer possível, a Constituição e o Código Penal da ditadura do proletariado impedirão e punirão os atos de insurreição armada, as tentativas de destruição do poder operário pela violência, os atentados terroristas contra os representantes do poder dos trabalhadores, os atos de sabotagem de espionagem a serviço de potências capitalistas estrangeiras, etc. Mas somente os atos provados deste gênero deverão ser punidos, e não a propaganda geral explícita ou implicitamente favorável à restauração do capitalismo. Isto significa que a liberdade de organização política deverá ser concedida a todos aqueles inclusive elementos pró-burgueses que, de fato, respeitem a Constituição do Estado operário; isto é, que não estão engajados em atos violentos de destruição do poder dos trabalhadores e da propriedade coletiva dos meios de produção.

## Um aspecto fundamental do programa da revolução socialista

Contra o terror, o Estado operário se defende pela repressão. Contra proposições políticas ou idéias reacionárias, ele se defende pela luta política ou

ideológica. Não é uma questão de "moralidade" ou de adoção de posição "mole". É, essencialmente, uma questão de eficácia prática a longo prazo.

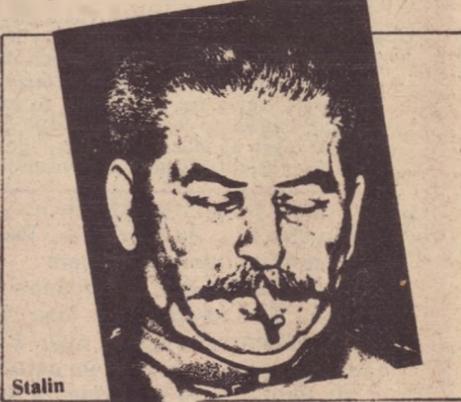
O balanço de cinquenta anos de poder da burocracia, a partir da ascensão do regime stalinista na URSS, bem como de vinte e cinco anos de crise mundial do stalinismo, pode ser resumido da seguinte maneira:

1) Apesar de todas as diferenças específicas entre os diferentes Estados operários europeus e asiáticos e de todas as alterações que se produziram, todos continuam a se caracterizar pela ausência de um poder direto dos trabalhadores, isto é, pela ausência de conselhos de trabalhadores — ou de trabalhadores e camponeses — exercendo diretamente o poder de Estado, institucionalizado e constitucionalmente garantido.

2) Apesar de numerosas críticas parciais ao sistema político e econômico existente na URSS e em outros Estados operários burocratizados por parte de diversas correntes que se desenvolveram depois da crise de pós-guerra do stalinismo (titoísmo, maolismo, castrismo, "eurocomunismo" e centrismos de esquerda do tipo italiano, espanhol ou alemão ocidental, etc.), nenhuma destas correntes avançou uma solução alternativa fundamentalmente diferente do modelo stalinista na URSS. Perante a estrutura de poder burocrática, nenhuma delas oferece uma solução alternativa coerente de exercício direto do poder pela classe operária.

A corrente dita "eurocomunista", mesmo acentuando sua crítica dos dogmas e práticas da burocracia na URSS e Europa Oriental e ampliando sua polêmica com o Kremlin propõe, quando muito, uma reforma dos piores excessos do regime stalinista, não uma alternativa revolucionária. Os partidos "eurocomunistas" não romperam o cordão umbilical que os liga à burocracia soviética, e continuam a oferecer justificações e apologias "objetivistas" para os crimes passados da burocracia e para as formas presentes do poder burocrático. E mais, nos países imperialistas, sua linha geral de colaboração de classe e de manutenção da ordem burguesa, mesmo em presença de fortes explosões de luta de massa, limita necessariamente sua pretensão de respeitar a democracia no seio de seu movimento operário, sobretudo no seio de seu próprio partido. Em suas críticas, eles tem sistematicamente apagado as diferenças entre a democracia burguesa e a democracia operária e, sob o alibi de combater o regime de partido único na URSS, eles defendem, na realidade, a concepção de que a única política alternativa ao poder da burocracia (expressada pelo partido único) são as instituições parlamentares burguesas e se recusam a colocar em questão o Estado burguês. Neste sentido, reintroduziram no movimento operário as teses gerais da social-democracia clássica, concernentes à transição "pacífica" e "gradual" ao socialismo.

A luz de todos estes fracassos, nossa perspectiva sobre a ditadura do proletariado como poder direto dos trabalhadores, exercido através de conselhos de trabalhadores eleitos e com a pluralidade de partidos soviéticos, emerge como a única solução alternativa coerente e séria diante das duas revisões fundamentais do marxismo, encarnadas no reformismo social-democrata e na codificação stalinista do poder monopolizado por uma casta burocrática usurpadora.



Stalin

## Ciclo de Cinema

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Próxima Apresentação: "Rocío, Cidade Aberta" de Rossellini, 1945

Data: 10 e 11/11 (sábado e domingo) às 18 e 20 horas

Local: Rua Florêncio de Abreu, 279 Centro SP

Ingresso: Cr\$ 20,00

Bancários e metroviários sindicalizados: Cr\$ 10,00

## Leitura Coletiva do Capital

Domingo, dia 11/11 às 15:30 hs no Centro de Estudos Políticos e Sociais do ABC — Rua Dr. Cesário Mota, 68 Santo André — Fone: 444-2285

A leitura será feita com base no "Compendio del Capitale" de Carlo Cafiero lido e elogiado por Karl Marx. Adaptação brasileira de Mário Curvelo, formado em História pela USP e pós graduando da Universidade Livre de Berlim (Alemanha Ocidental).

## EM TEMPO

Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros

São Paulo - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 / 853-6680

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tiburcio, Flavio Aguiar, Flavio Andrade, I. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Albi, Tom Duarte (Suplentes: Luci Ayalla, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).

EDITORA: Flávio Andrade (presidente), Carlos

Tiburcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR-CHEFE: Carlos Tiburcio

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

REDAÇÃO: Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Albi, Elvira Oliveira, Rellon Fracalossi, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilma Amaro, João Machado, Olgaia Matos, Elisabeth Lobo, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Eliezer Rizzo de Oliveira, Flavio Aguiar.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi.

ILUSTRAÇÃO: Sian, Martinez, Cadinho, Claudio Natal, Beto

Maringoni, Nilson e G.M.D. FOTOGRAFIA: Jesus Carlos, Ennio Brauns

Filho.

SUCURSAS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335-7773) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Jélio Santos, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo.

Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Scherer, Sosa, Adão Capa, Claudio Almeida, Flavio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Luci Ayalla, Raul Pont.

Rio de Janeiro: (Praia do Botafogo, 316, Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Ca-

valcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavina, Marcelo Beraba.

Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8 1.º andar — Sala 44) — Adelson Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A. — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 335-7773

Distribuidora: Superbancas Ltda. R. Ubaldino do Amaral, 42 — RJ.

Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda. — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — SP. Fone: 278-9010.



# NICARAGUA LIBRE

## Viagem à Revolução Sandinista

Por Bernardo Kucinski

### 4- O predomínio dos Terceiristas

O terremoto teve o efeito de uma pedra atirada numa superfície d'água; a cidade espirrou para todos os lados.

O motorista tenta justificar Manágua. Favelas; habitações semi-coletivas de madeira; barracos isolados; pequenos bairros classe média; o paleete senhorial de muros altíssimos; o edifício público de construção recente. Tudo isso espalhado num matagal imenso, cortado por avenidas asfaltadas, como um loteamento gigantesco que não progrediu.

O terremoto explica quase tudo: caiu como maldição sobre o centro mais densamente povoado da antiga Manágua, ao redor da Catedral e dos edifícios do governo. A Catedral ainda está lá, à beira do grande Lago de Manágua, paredes sem teto, o sol atravessando de dentro para fora os buracos deixados por vitrais espatifados. Lembrança permanente da tragédia (e da vulnerabilidade da religião: templo profanado, deuses imprestáveis).

O táxi vai apanhando passageiros continuamente. São cinco córdobas por percurso maior, três pelos pequenos. Dá-se muitas voltas, mas uma boa solução — democrática.

Mulheres cozinham numa esquina. Caldeira na calçada. Um garoto grita: El Pueblo, El Pueblo.

#### Manchete de Jornal.

**Somocistas y reaccionários expropriados em Matagalpa.**

**Los criminales reaccionários eran duenos de casi toda Matagalpa, poseian grandes extensiones de tierra buena, innumerables propiedades y lujosas mansiones.**

Sucedem-se barracos. Uma árvore e duas tábuas fazem uma cozinha. Nas casas de classe média; nada além do essencial (essa atmosfera de acampamento permanente; o terremoto destrói o prazer pela construção sofisticada, ou o dinheiro acabou, simplesmente).

#### Manchete de jornal

**Los Comités de Defensa Sandinista son dirigidos por FSLN**

**El Gobierno Revolucionário dió a conocer un decreto de ley que prohíbe rotundamente a organismos y personas utilizar el nombre de sandinistas siempre y cuando no pertenezca al FSLN;**

**Uno de los miembros de la Junta, respondiendo a una pregunta, dijo que los Comites de Defensa Sandinista son celulas de la estructura sandinista y que con el tiempo personas que integren estos comites y no sean sandinistas serán retiradas de ellos.**

A sede da policlínica oriental. Gente por toda a parte, a aglomeração na porta do Pronto Socorro. Ao lado, o Instituto Nacional de Seguridad Nacional - o INPS deles. Corredores, secretarias, corredores, secretarias. Ar condicionado. Licenciado Reynaldo Antonio Tefel, chefe do Instituto. Maneiras simples, tipo classe média intelectual, miúdo, meia idade.

**«Esta foi a revolução de los muchachos, da juventude. Da mulher, não como mera «soldadera», que acompanha e cozinha para os soldados, mas como combatente de fuzil na mão. Foi também uma revolução de unidade de todo o povo e a primeira da América Latina, talvez do mundo, sem caudilhos»**

Me parece que para se ter alguma idéia de como poderia evoluir a revolução sandinista, é preciso entender bem quais foram as características dessa revolução até agora, e quais foram suas etapas. Uma dessas características foi a participação da juventude. Ela teve uma participação preponderante, e nem por isso lhe faltou maturidade. Esta foi a revolução de los muchachos. Outro traço foi a participação da mulher, não como mera "soldadera", que acompanha os combatentes e cozinha para eles, mas como combatentes também, empunhando o fuzil. Algumas chegaram ao posto de comandantes, como Dora María Telles, comandante da Frente de León, ou a comandante Mônica Bartodano. É a participação das massas populares. Desde a revolução mexicana até hoje, não houve um movimento com tal participação durante a tomada do poder. Essa etapa de insurreição, em julho, em que se lutou em toda a Nicarágua, marca o processo revolucionário que agora se inicia.



«Uma revolução dos muchachos e das mulheres»

Tefel fala com determinação, ocasionalmente lança um olhar sobre algumas folhas de papel. Acabou de preparar um pequeno ensaio sobre a revolução, diz, e por isso está com os pensamentos na ponta da língua, concatenados:

- Outro fator decisivo que chama a atenção, é a unidade de todo o povo.

A convergência de todas as forças políticas. Foi algo que conseguimos após muitos anos de luta e para isso contribuiu a rapina, a cobiça da ditadura somozista, que fez com que, sobretudo a partir do assassinio de Chamorro, toda a burguesia se colocasse contra Somoza. Daí o pluralismo desta revolução. Eden Pastora, que comandou o assalto ao Palácio Nacional, e comandou a Frente Sul, hoje vice-ministro do interior, disse uma vez: Porque lutamos? porque queremos que as pessoas vivam bem, seja porque assim disse Cristo, ou porque assim disse Marx, ou porque nós assim o queremos.

Conseguimos ainda unir a maioria dos países latino-americanos frente ao intervencionismo quando os Estados Unidos tentaram intervir na Nicarágua via OEA. Depois os americanos passaram a pressionar para que integrassemos elementos conservadores na Junta: Temos Violeta Chamorro e Alfonso Robello, mas que são, digamos, progressistas (penso: alguma coisa então os americanos sempre conseguiram)

Tefel continua:

- Finalmente, esta é a primeira revolução, em toda a história da América Latina, e talvez a única neste século, em que não há um caudilho - um chefe único. Os dois irmãos Daniel e Humberto Ortega, que eram os terceiristas, e cuja visão logrou a unidade e se mostrou vitoriosa, tem mais força do que muitos outros, dentro da Frente Sandinista, mas não são os chefes. A direção Nacional da Frente Sandinista tem nove membros, três de cada tendência. Pela tendência terceirista ou insurrecional, como também se chama, além dos irmãos Ortega, participa Victor Tirado; pela tendência Guerra Popular Prolongada participam Tomas Borge, único sobrevivente dentre os fundadores originais da Frente, Bayardo Arce e Henry Ruiz, o comandante "modesto"; pela Tendência Proletária participaram Jaime Wheelock, Luis Carrion e Carlos Nunes. Mas oficialmente a Frente já declarou extintas as tendências. As tendências surgiram de uma discussão entre os que lutaram nas montanhas - que tomaram o nome de Guerra Popular Prolongada, sob a chefia principalmente de Tomas Borge e Bayardo Arce, e um grupo de intelectuais que tomaram o nome de Tendência Proletária Marxista - Leninista. Estes criticaram o "foquismo" dos que lutavam nas montanhas. Seus chefes eram Jaime Wheelock e Luiz Carrion. Esse racha deu-se em 1975, dividindo a Frente Sandinista em duas tendências. Dessas duas acabou surgindo uma terceira tendência, a insurrecional

ou terceirista, que sustentara a tese de que o poder poderia ser finalmente alcançado através de uma insurreição popular, e que no caminho até essa insurreição havia coisas aproveitáveis nas concepções das duas outras tendências.

Quem teve o estalo foi Eduardo Contreras, que já morreu. Muito tempo depois vieram Daniel e Humberto Ortega Saavedra, os dois irmãos e também Victor Tirado Lopez, que receberam apoio de um grupo que se chamava "grupo dos 12", formado por intelectuais, empresários, sacerdotes e profissionais liberais, e que se organizaram para apoiar a tese da insurreição. Isso foi em outubro de 1978.

**«É difícil definir o programa sandinista em termos clássicos. É uma proposta de libertação nacional e progresso com justiça social, que ao fim desemboque num socialismo. E temos a oportunidade de realizar a primeira democracia socialista do mundo.»**

Tefel explica que ele pertence justamente a esse "grupo dos 12". Ao grupo dos 12 pertencem também Miguel D'Escoto, o ministro do exterior, e Sérgio Ramirez, que detém na Junta do Governo a posição de virtual Primeiro Ministro.

- Esse grupo nasceu para apoiar a tese terceirista dentro do movimento sandinista. Os membros do grupo foram como que os embaixadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional perante todo o mundo e conseguiram o apoio da Costa Rica, da Internacional Socialista, e assim por diante. A tese insurrecional, ou terceirista, foi consagrada pelos fatos, foi vitoriosa. Nos primeiros dias de junho, 80% dos combatentes da Frente, mais ou menos, eram terceiristas. Durante a luta proliferaram as milícias, já bem menos definidas em termos de tendências ideológicas. Incorporando esses contingentes, diminuí bastante a força dos terceiristas. Quanto à cúpula podemos dizer que os dirigentes da tendência Proletária Marxista-Leninista absorveram melhor as teses da estratégia insurrecional, do que os dirigentes da tendência Guerra Popular Prolongada.

Tefel, como chefe do Instituto do Seguro Social, participa das reuniões de todas as quinta-feiras da Junta com os ministros e os chefes de entidades autônomas, como o seu Instituto. Um total de 33 pessoas, representando a cúpula do sandinismo e do governo. Único organismo de deliberação ampla que encontro nesta revolução sem soviets, até agora.

- No começo eram reuniões diárias, mas hoje nos reunimos somente uma vez por semana. Em geral chegamos a um consenso, depois de

discutir muito. Mas às vezes não chegamos a um consenso e então a Junta do Governo decide. Está prevista a criação de um Conselho de Estado em que estarão representadas as forças políticas e sociais do país e para desempenhar funções legislativas.

E o grupo dos 12? Agora que a revolução foi vitoriosa, qual o destino desse grupo?

- Hoje o grupo tem, na verdade, 14 pessoas, mas não tem se reunido por excesso de trabalho. Se for criado um partido sandinista, nós vamos integrar esse partido. Um partido que se proponha a concretizar o programa sandinista, que em termos europeus clássicos, seria de difícil definição. Em todo caso, o ideário sandinista baseia-se em libertação nacional e progresso e justiça social, de forma que ao fim desemboque num socialismo. Eu pessoalmente acredito que temos a oportunidade de realizar a primeira democracia socialista do mundo.

Há grupos de esquerda que não pertencem à Frente Sandinista de Libertação Nacional?

Tefel:

- Há grupos de ultra-esquerda, os maoístas, e os trostkistas, que querem o mesmo que a direita, ou seja, ambos querem provocar a anarquia e o caos. E outros, que por boa fé, querem ir além do que podemos ir, querem ir muito além.

**«A estrutura jurídico-política em implementação mantém a base econômica capitalista... Mas a debilidade da burguesia e o diminio militar da FSLN colocam a possibilidade de que a derrota do somozismo se convenda também em derrota da burguesia.»**

A conversa chega ao fim. Corredores abafados, recebendo todo o calor das máquinas de ar condicionado voltadas para dentro. O jardim, lá fora, de árvores ainda novas, abrangendo também a policlínica. O pátio, espalhado, nas sombras. Cada um com seu problema. Mulheres cozinham na calçada.

#### Notícia de jornal

El Pueblo

Comentário de Fernando Solís B.

Na conjuntura atual o estado apresenta uma característica especial; mais do que o aparelho de dominação de uma classe, é, temporariamente, a expressão da correlação de forças entre os diversos setores que participaram da derrota do somozismo;

O que primeiro salta aos olhos é que a estrutura jurídico-política em implementação mantém a base econômica capitalista... o que é lógico, porque o objetivo da luta era o triunfo sobre a ditadura somozista e não sobre a burguesia... Mas não há dúvidas de que a burguesia viu-se impedida de tomar conta imediatamente do aparelho estatal e conduzi-lo para seus próprios fins... Somoza, ao tratar de salvar a si próprio, destruiu as bases que permitiriam que o poder político ficasse em mãos da burguesia... A burguesia não contava com o colapso tão completo do aparelho militar somozista. O novo exército está completamente sob controle sandinista. Os dois aspectos, a debilidade da burguesia e o domínio militar da FSLN colocam a possibilidade de que a derrota do somozismo se convierta também na derrota da burguesia. O cavalo de batalha da burguesia para desenvolver seu projeto é a estrutura jurídico-política que lhes preserva a base econômica dotando-os de uma poderosa arma política, pois lhes permite erigir-se como imprescindíveis no processo produtivo e na estabilização econômica do país...

A forma atual do estado, portanto, é de transição, no sentido de que não pode subsistir por muito tempo sem que uma força política se imponha sobre ele conduzindo-o aos seus próprios fins. E a burguesia o conseguirá na medida em que se fortaleça economicamente, projeto no qual participa o imperialismo.

O proletariado poderia conduzir o estado aos seus próprios fins, na medida em que aproveitasse o debilitamento da burguesia e o fato de que a FSLN detém o exército, para dedicar-se intensivamente à organização e educação de suas bases humanas... Essa tarefa, se é que se deseja que a derrota do somozismo seja também a derrota da burguesia, deve desenvolver-se no marco de unidade dos partidos do proletariado...

Anoto na agenda a necessidade de uma visita a esse jornal El Pueblo.

Próximo Capítulo: A Reforma Agrária